

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

SÍNTESE DE INDICADORES
2 0 1 4

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Síntese de indicadores

2014

Rio de Janeiro
2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4365-9

© IBGE. 2015

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : síntese de indicadores
2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro
: IBGE, 2015.
102 p.

Acompanha um CD-ROM, em bolso.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4365-9

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2014. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Indicadores sociais - Brasil. 4. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 314.6(81)2014

RJ/2015-24

DEM

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Conceitos e definições

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Plano amostral

Tamanho da amostra

Disseminação dos resultados

Comentários

Referências

Apêndice

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Anexos

1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

2 - Grupamentos e divisões de atividade

3 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2014

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, os principais indicadores socioeconômicos, para o Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, e séries de indicadores de rendimento, atualizados a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014.

Compõe-se este volume de notas técnicas com considerações de natureza metodológica, em que se destacam os conceitos e definições utilizados na pesquisa e informações sobre sua evolução histórica. Como temas básicos, são investigados os *Dados gerais; Migração; Educação; Trabalho; Famílias; Domicílios; Rendimento; e Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular*. Os textos analíticos têm como base comparativa indicadores de 2013 e 2014. Ao final da análise desses dois anos, apresentam-se os comentários da série histórica dos dados harmonizados com a cobertura geográfica da PNAD existente até 2003, quando a pesquisa abrangia todo o País, exceto as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Com esta publicação, o IBGE dá continuidade à produção e disseminação de informações atualizadas para retratar a situação socioeconômica da população do País. Simultaneamente, complementa esta divulgação o lançamento do volume *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil 2014*, que apresenta um conjunto de informações investigadas pela PNAD para o total do País.

No CD-ROM que acompanha esta Síntese, visando facilitar a comparabilidade das informações sobre rendimento, são disponibilizadas as séries de indicadores de rendimento, refletindo a abrangência geográfica completa do País alcançada pela pesquisa. Consta, ainda, o conteúdo do volume impresso; o plano tabular completo da PNAD para o período de 2013 e 2014; e as informações tabuladas de 2014 para todos os níveis de divulgação da pesquisa: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas. Em acréscimo a esse conjunto de informações da pesquisa, são fornecidos os coeficientes de variação associados a todas as estimativas constantes nas tabelas de resultados e os instrumentos de coleta utilizados nesta edição.

Finalmente, para propiciar exploração dos dados da PNAD, segundo interesse dos usuários, os microdados da pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, podendo, ainda, ser adquiridos em CD-ROM específico.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

A PNAD foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Em 1974-1975 foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

As **Notas técnicas** a seguir apresentam os conceitos e definições utilizados na pesquisa e trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução histórica. Em complemento a essas informações, no Apêndice 1, ao final da publicação, encontram-se listados todos os tópicos investigados pela pesquisa, desde 1992, relativamente às seguintes características: unidade domiciliar; dados gerais dos moradores; migração; educação; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade; trabalho; e fecundidade.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Os conceitos e definições necessários para o entendimento dos resultados apresentados são:

Data e períodos de referência

Data de referência - Foi o dia 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013, e 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014.

Semana de referência - Foi a semana de 22 a 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013, e de 21 a 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014.

Mês de referência - Foi o mês de setembro de cada um dos anos da pesquisa.

Período de referência de 365 dias - Foi o período de 29 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013, e de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014.

Domicílio

Conceituou-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Classificaram-se os domicílios como **particulares** quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.

Como **coletivos** foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas.

São exemplos de domicílios coletivos os estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras.

Unidade domiciliar

A unidade domiciliar é o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento etc.) em domicílio coletivo.

População residente

A população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Excluíram-se da pesquisa as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 2000. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural.

Espécie do domicílio

Os domicílios particulares foram classificados, segundo a espécie, da seguinte forma:

Permanente - Para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia; ou

Improvisado - Para o domicílio localizado em unidade que não tivesse dependência destinada exclusivamente à moradia, tal como: loja, sala comercial etc. Assim também foi considerado o prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que estivesse servindo de moradia.

Características dos domicílios particulares permanentes

Condição de ocupação do domicílio

Os domicílios particulares permanentes foram classificados, quanto à condição de ocupação, em:

Próprio - já quitado - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Próprio - em aquisição - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Alugado - Para o domicílio cujo aluguel fosse, totalmente ou parcialmente, pago por morador;

Cedido - Para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou

Outra - Para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Abastecimento de água

Investigou-se a existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência.

Quanto à existência de água canalizada, os domicílios foram classificados em:

Com canalização interna - Para o domicílio que tivesse água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou

Sem canalização interna - Para o domicílio que não tivesse água canalizada para nenhum cômodo.

A proveniência da água utilizada nos domicílios foi classificada em:

Rede geral - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava; ou

Outra forma - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.

Esgotamento sanitário

O escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes foi classificado, quanto ao tipo, em:

Rede coletora (de esgoto ou pluvial) - Quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;

Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município;

Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno; ou

Outro - Quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), ou diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

Destino do lixo

O lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes foi classificado de acordo com os seguintes destinos:

Coletado - Quando o lixo domiciliar fosse coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio, ou fosse depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia; ou

Outro - Quando o lixo domiciliar fosse queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar, ou tivesse outro destino que não se enquadrasse nos anteriormente descritos.

Iluminação elétrica

Investigou-se a existência de iluminação elétrica nos domicílios particulares permanentes, independentemente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma (gerador, conversor de energia solar etc.).

Telefone

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de linha telefônica fixa (**telefone fixo convencional**) instalada, mesmo que fosse compartilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc. Pesquisou-se, também, se algum morador do domicílio particular permanente tinha linha telefônica móvel (**telefone móvel celular**).

Fogão

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de fogão de duas ou mais bocas, ainda que fosse construído de alvenaria ou portátil.

Filtro de água

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de filtro de água ou de aparelho para filtrar ou purificar a água.

Rádio

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de rádio, mesmo que fizesse parte de conjunto que acoplasse outros aparelhos, tais como: radiogravador, rádio toca-fitas etc. Incluíram-se também os aparelhos de mp3, mp4 com rádio.

Televisão

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de televisão em cores e, para os que não tinham este tipo de aparelho, a existência de televisão em preto e branco.

Aparelho de DVD

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de aparelho leitor de DVD (*digital versatile or digital video disk* - disco digital versátil ou disco digital de vídeo), que é o acessório capaz de reproduzir discos no formato DVD, mesmo que acoplado a microcomputador.

Geladeira

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de geladeira de duas portas (ou seja, o aparelho que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos) e, para os que não tivessem este tipo de aparelho, a existência de geladeira de uma porta.

Freezer

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de *freezer*.

Máquina de lavar roupa

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação).

Microcomputador

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de microcomputador, inclusive portátil.

Acesso à Internet

Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador foi pesquisado se era utilizado para acessar à Internet.

Carro

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de carro (veículo automotor para transporte de passageiros ou carga) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

Motocicleta

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de motocicleta (veículo de duas rodas, dotado de motor a combustão, para transporte de uma ou duas pessoas) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

Características gerais e de migração

Idade

A investigação da idade foi feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência da pesquisa.

Família

Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar.

Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar.

Condição na unidade domiciliar e na família

Dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas foram classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, de acordo com as seguintes definições:

Pessoa de referência - Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros;

Cônjuge - Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial;

Filho - Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge;

Outro parente - Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge;

Agregado - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação;

Pensionista - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação;

Empregado doméstico - Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou

Parente do empregado doméstico - Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

Cor ou raça

Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou

mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Nupcialidade

Estado conjugal

O estado conjugal das pessoas com 10 anos ou mais de idade foi classificado da seguinte forma:

Vivia em união - Para a pessoa que vivia em união conjugal com cônjuge ou companheiro(a) que era morador do domicílio;

Não vivia, mas já viveu em união - Para a pessoa cujo cônjuge ou companheiro(a) perdeu a condição de morador ou a que teve a união conjugal dissolvida; ou

Nunca viveu em união - Para pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro(a).

Natureza da união

Para as pessoas que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro(a) foi pesquisada a natureza de sua união, de acordo com a seguinte classificação:

Casamento civil e religioso - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada no civil e no religioso, inclusive para a pessoa que, embora só tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente;

Só casamento civil - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada somente no civil;

Só casamento religioso - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada somente no religioso, em qualquer religião ou culto; ou

União consensual - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem não contraiu casamento civil ou religioso, inclusive as que vivem em união estável com contrato registrado em cartório.

Estado civil

Para a pessoa de 10 anos ou mais de idade foi investigado o estado civil, de acordo com a seguinte classificação:

Casado - Para a pessoa que tinha o estado civil de casada;

Desquitado ou separado judicialmente - Para a pessoa que tinha o estado civil de desquitada ou separada judicialmente, homologado por decisão judicial;

Divorciado - Para a pessoa que tinha o estado civil de divorciada, homologado por decisão judicial;

Viúvo - Para a pessoa que tinha o estado civil de viúva; ou

Solteiro - Para a pessoa que tinha o estado civil de solteira.

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação

Investigou-se a naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação de residência da pessoa. A pessoa que nasceu fora do lugar em que a mãe residia, em

decorrência de ela ter estado afastada, temporariamente, para o parto, foi considerada como natural do município e da Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência materna naquela ocasião.

Afazeres domésticos

Para as pessoas de 5 anos ou mais de idade foi pesquisado se habitualmente cuidavam, parcialmente ou integralmente, dos afazeres domésticos, independentemente da sua condição de atividade e ocupação na semana de referência.

Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de:

- a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es);
- c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou
- e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

Características de educação

Alfabetização

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

Taxa de analfabetismo

É a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total das pessoas (do mesmo grupo etário).

Estudante

Foi definida como estudante a pessoa que frequentava curso regular (de ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de jovens e adultos, de educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.

A pessoa que frequentava somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou de educação de jovens e adultos ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não foi classificada como estudante.

Taxa de escolarização

É a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Frequência à escola

Foi pesquisado se a pessoa era estudante, ou seja, se frequentava escola em curso de ensino regular, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, mestrado, doutorado, pré-vestibular, pré-escolar ou alfabetização de jovens e adultos. Para a pessoa que não era estudante foi investigado se já havia frequentado

escola (curso de ensino regular, educação de jovens e adultos ou supletivo, mestrado, doutorado, pré-escolar ou alfabetização de jovens e adultos).

Para a pessoa que era estudante, foram pesquisados a série e o nível ou grau do ensino do curso que frequentava. Para a pessoa que não era estudante, mas já havia frequentado escola, foram investigados o nível ou grau do ensino do curso mais elevado que frequentou, a última série concluída e se o curso foi concluído.

O sistema de ensino regular atualmente em vigor compreende: o ensino fundamental, o médio e o superior de graduação. O sistema de ensino regular anterior, mas que ainda pode ser encontrado em vigor compreende: o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau ou superior. O sistema de ensino regular anterior a estes dois compreendia: o elementar, o médio primeiro ciclo, o médio segundo ciclo e o superior.

Rede de ensino

Foi investigado se a escola que a pessoa frequentava pertencia à rede pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

Área da rede pública de ensino

Para a pessoa que frequentava escola ou creche da rede pública de ensino foi pesquisada a área a que pertencia: municipal, estadual ou federal.

Duração do ensino fundamental

Para a pessoa que frequentava o ensino fundamental regular e para a que não era estudante, mas cujo curso mais elevado que havia frequentado anteriormente foi o fundamental ou 1º grau regular, foi investigada a duração do curso.

A mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, foi estabelecida na Lei n. 11.274, de 06.02.2006. A implantação dessa mudança desenvolveu-se gradualmente, uma vez que, de acordo com a lei, os municípios, estados e o Distrito Federal tiveram o prazo até 2010 para implementá-la.

Anos de estudo

A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados".

Nesse período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

Período de referência

Para a investigação das características de acesso à Internet, foi adotado o seguinte período de referência:

Período de referência dos últimos três meses - Foram os últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista.

Acesso à Internet no domicílio

Para a pesquisa deste tema, considerou-se somente a utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de computador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, palmtop, pocket pc, handheld*). Não foi abrangido, portanto, o acesso à Internet feito por outros meios (telefone móvel celular, televisão a cabo ou satélite, game console) ou quando a pessoa solicitou a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

Utilização da Internet em algum local

Foi pesquisado se, no período de referência dos últimos três meses, a pessoa utilizou a Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), inclusive a pessoa que utilizou o correio eletrônico da rede interna de comunicação de empresas que permitem a comunicação externa.

Telefone móvel celular para uso pessoal

Foi investigado se a pessoa possuía telefone móvel celular para seu uso pessoal.

Características de trabalho e rendimento

Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;
 - em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário.
- d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou

- na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);
- Trabalho não remunerado (item c); e
- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Procura de trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

Condição de ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.

Pessoas desocupadas

Foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

Condição de atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não economicamente ativas.

Pessoas economicamente ativas

As pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

Pessoas não economicamente ativas

Foram definidas como não economicamente ativas na semana de referência as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

Taxa de atividade

É a percentagem das pessoas economicamente ativas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Nível da ocupação

É a percentagem das pessoas ocupadas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Taxa de desocupação

É a percentagem das pessoas desocupadas (de um grupo etário) em relação às pessoas economicamente ativas (do mesmo grupo etário).

Empreendimento

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados).

Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado foi considerado como se fosse um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa prestava este serviço.

Trabalho principal

Considerou-se como principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

1º) O trabalho da semana de referência no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;

2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e

3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

Ocupação

Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

Classificação de ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares, o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado - grande grupo - e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua

captação com precisão em pesquisas domiciliares. Desta forma, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de ocupações, uma vez que a CBO tem como referência a Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88 (International Standard Classification of Occupations - ISCO-88).

Encontra-se no Anexo 1 a composição dos grupamentos ocupacionais apresentados nas tabelas.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Classificação de atividades

As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a CNAE tem como referência a Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC), 3ª revisão, das Nações Unidas.

Encontra-se no Anexo 2 a composição dos grupamentos de atividade apresentados nas tabelas.

Posição na ocupação

Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente, obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a

membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar;

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outro sem carteira de trabalho assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadoras ou conta própria em atividade não agrícola, foi pesquisado se o empreendimento tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Receita Federal.

Horas habitualmente trabalhadas por semana

Pesquisou-se o número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Foram incluídas como horas habitualmente trabalhadas aquelas que a pessoa habitualmente ocupava fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado.

Contribuição para instituto de previdência

Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, **federal** (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), **estadual** (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores

das forças auxiliares estaduais), ou **municipal** (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tivessem na semana de referência.

Associação a sindicato

Para as pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias foi pesquisado se, no mês de referência, eram filiadas a algum sindicato, independentemente das características do seu trabalho ou da sua condição de atividade nesse mês.

Entendeu-se como sindicato a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego ou registro em cartório como tal.

Não se considerou como associada a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

Salário mínimo

Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência. O salário mínimo era de R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais) em setembro de 2014.

Rendimento mensal de trabalho

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) Para os empregados e trabalhadores domésticos - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o pagamento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho; e
- b) Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de referência do ano da pesquisa.

Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Foram incluídas no grupo “sem rendimento” as pessoas que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho.

Rendimento mensal de outras fontes

A investigação abrangeu todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Considerou-se como rendimento mensal de outras fontes:

- a) O rendimento mensal, no mês de referência do ano da pesquisa, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada (proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar); programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e
- b) O rendimento médio mensal, no mês de referência do ano da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

Rendimento mensal

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Rendimento mensal familiar

Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal familiar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal familiar *per capita* a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Índice de Gini

É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Os índices de Gini das distribuições de rendimento foram calculados por meio da seguinte expressão:

$$G = 2 \frac{\sum_{i=1}^n f_i r_i x_i}{\sum_{i=1}^n f_i r_i} - 1$$

Onde:

$$x_i = \left(\sum_{j=1}^i f_j \right) - \frac{f_i}{2}$$

$$f_i = \frac{p_i}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

E sendo:

- n número de pessoas ou de domicílios na amostra;
- p_i peso da pessoa i ou do domicílio i na amostra; e
- r_i rendimento da pessoa i ou do domicílio i .

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da PNAD ao longo da sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica da pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2014

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



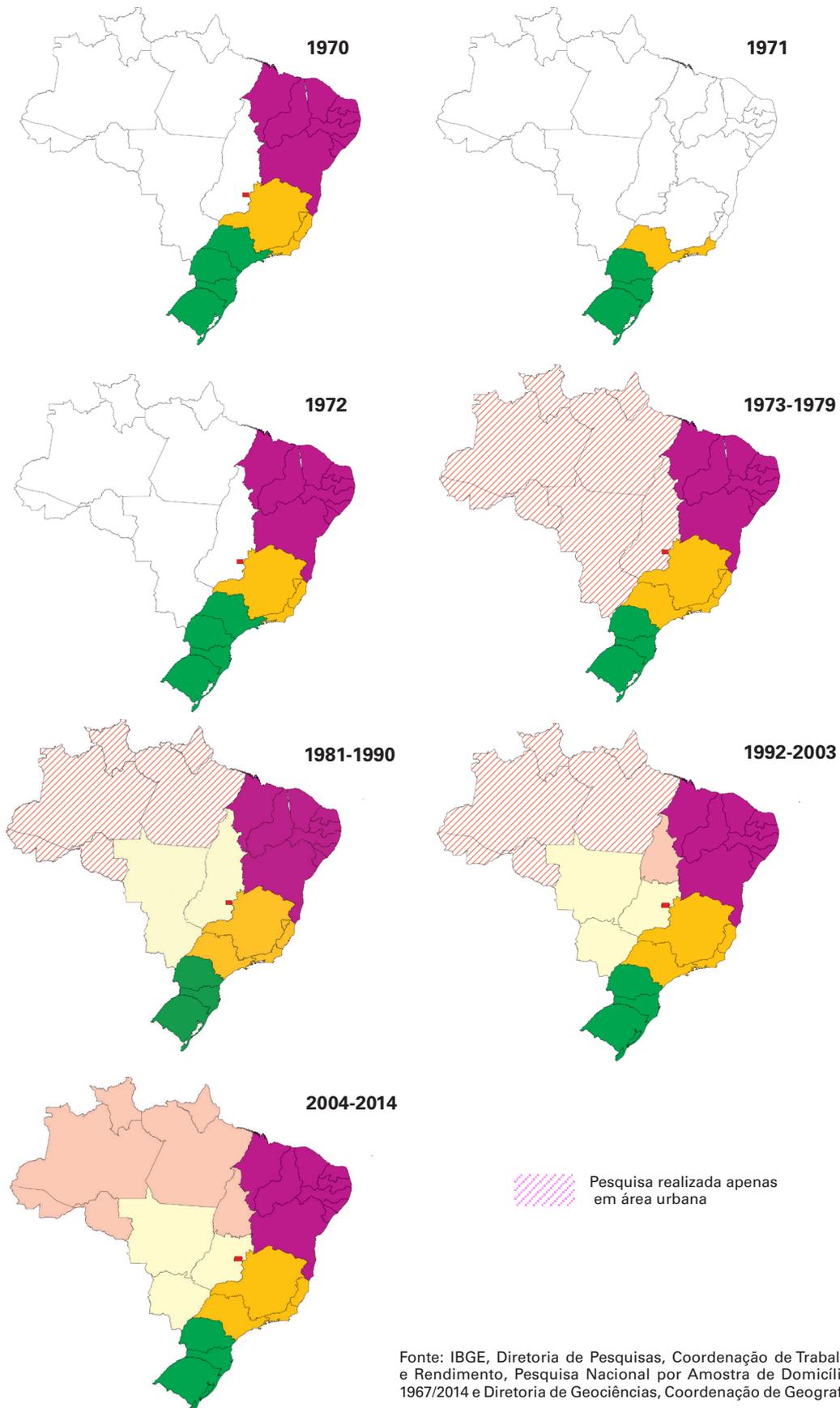
I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2014

(conclusão)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2014

Ano	Habituação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993
1995 a 1999			Pessoas de 5 anos ou mais de idade		1995 a 1999
2001					Pessoas de 10 anos ou mais de idade
2002 a 2014			2002 a 2014		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2014.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a CBO-Domiciliar e a CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” em **Conceitos e definições**).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei n. 11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant* - PDA) para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Na PNAD 2007, foi utilizado o sistema DIA (Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos), que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, se utiliza o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para a PNAD realizada de 1992 a 1999. Assim como, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas realizadas de 2001 a 2009. Da mesma forma, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2010 permanecerá para as pesquisas da década vigente;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;
- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e

- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, por essa razão foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir da PNAD 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2013.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	151 291	362 627
Rondônia	1/200	23	170	2 856	6 961
Acre	1/150	11	94	1 629	4 721
Amazonas	1/250	23	240	3 835	12 404
Roraima	1/150	5	57	1 009	2 631
Pará	1/350	61	563	8 684	22 341
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 335	10 111
Amapá	1/200	6	60	934	2 926
Tocantins	1/200	23	148	2 484	5 885
Maranhão	1/600	35	205	3 215	8 945
Piauí	1/500	20	127	2 335	5 704
Ceará	1/600	48	457	7 860	18 451
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	5 044	11 303
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 129	5 064
Paraíba	1/550	23	146	2 424	6 339
Pernambuco	1/600	50	581	9 095	21 642
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 287	14 434
Alagoas	1/500	18	128	2 021	5 559
Sergipe	1/300	22	155	2 506	6 157
Bahia	1/600	88	731	11 880	26 899
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 554	12 189
Minas Gerais	1/650	129	813	13 940	33 384
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 242	12 805
Espírito Santo	1/450	24	187	3 079	6 626
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 369	25 468
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	8 154	18 711
São Paulo	1/950	126	1 023	17 256	41 057
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 256	20 184
Paraná	1/600	67	457	7 673	19 144
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	3 001	7 436
Santa Catarina	1/550	45	278	4 484	9 701
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 336	26 761
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 666	16 821
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 679	6 235
Mato Grosso	1/350	31	204	3 321	7 547
Goiás	1/350	51	397	6 600	14 687
Distrito Federal	1/250	1	213	3 658	9 388

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação passou a seguir o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população. Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2014, foram pesquisadas 362 627 pessoas e 151 291 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Disseminação dos resultados

As estatísticas da PNAD são divulgadas para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

Complementa esta divulgação o volume *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil 2014*, que apresenta um conjunto de informações investigadas pela PNAD para o total do País.

No CD-ROM que acompanha esta Síntese, encontram-se o conteúdo desse volume, e as informações tabuladas de 2014 para todos os níveis de divulgação da pesquisa: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas. Os coeficientes de variação associados a todas as estimativas constantes nas tabelas de resultados também são apresentados no CD-ROM que acompanha esta publicação.

Os microdados referentes aos anos de 2001 a 2014 estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet.

Comentários

Indicadores do período de 2013 e 2014

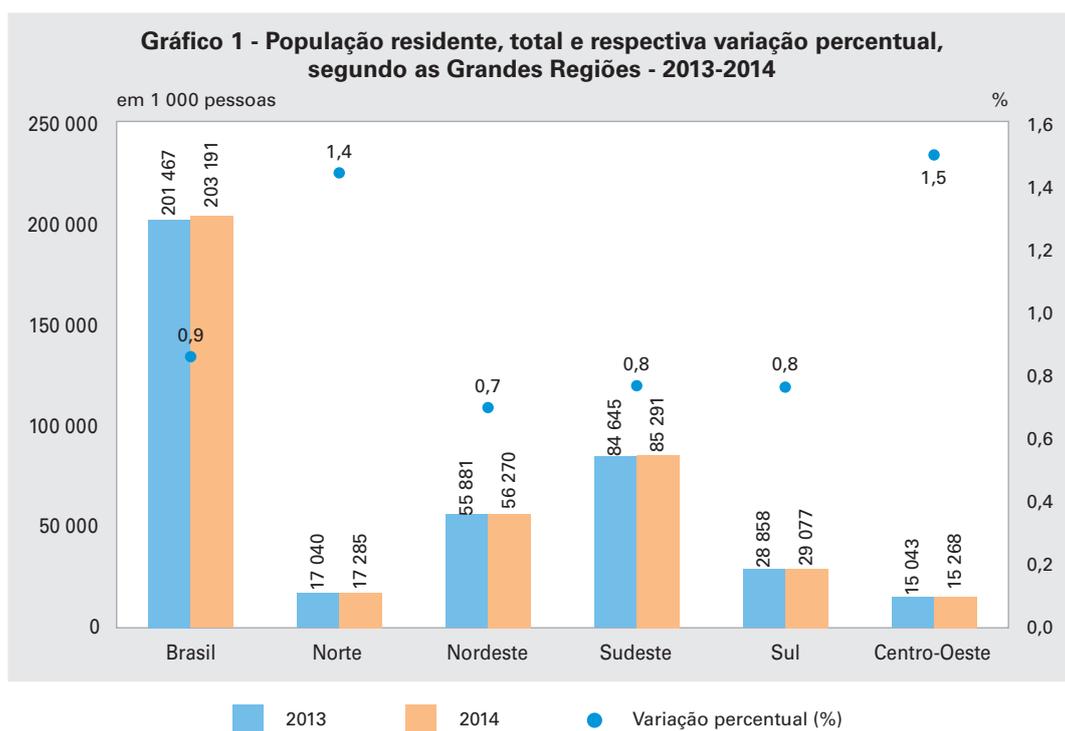
Os comentários, a seguir, têm como propósito apresentar, por meio dos principais indicadores socioeconômicos e demográficos, a situação do País em 2014. Para acompanhar a evolução recente, foram traçados paralelos com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013.

Composição e mobilidade populacional

Em 2014, a população residente no Brasil na data de referência da pesquisa foi estimada em 203,2 milhões de pessoas. Comparando com o ano anterior, houve um crescimento de 0,9%, representando um incremento de 1,7 milhão de pessoas.

Dentre as Grandes Regiões, as que registraram as maiores variações percentuais de sua população residente foram as Regiões Norte (1,4%) e Centro-Oeste (1,5%). A Região Nordeste obteve a menor variação, um aumento de 0,7%. A Região Sudeste apresentou o maior contingente populacional, 85,3 milhões de pessoas, enquanto a Região Centro-Oeste registrou o menor quantitativo de pessoas, 15,3 milhões de pessoas.

Os homens tiveram participação de 48,4% na população. Dentre as Grandes Regiões, a Norte foi a que apresentou a maior proporção de homens na população residente, 50,1%.



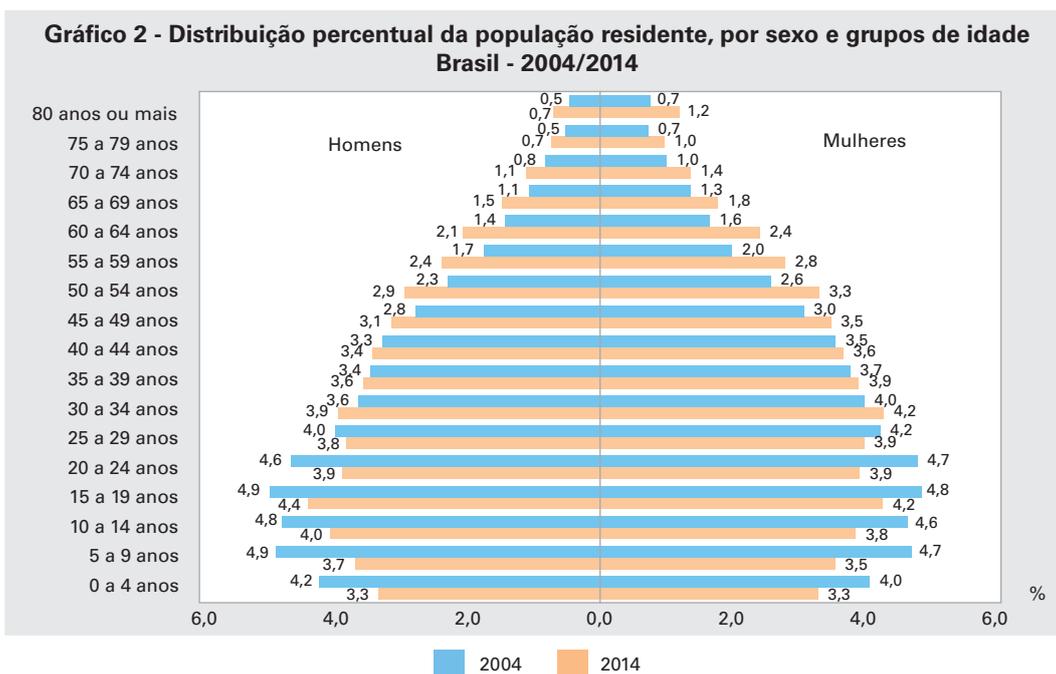
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

População residente por sexo e grupos de idade

A participação de pessoas na faixa dos 60 anos ou mais de idade na população, em 2014, foi de 13,7%, 0,7 ponto percentual maior que em 2013. A participação do grupo etário até 24 anos foi de 38,0%, 0,8 ponto percentual menor que em 2013. As Regiões Sudeste e Sul registraram os maiores percentuais de idosos (15,1% e 15,2%, respectivamente), enquanto a Região Norte, o menor (9,1%). Considerando a faixa até 24 anos de idade, a Região Norte registrou a maior concentração relativa de crianças e jovens, com 46,2%, já as Regiões Sudeste (35,0%) e Sul (34,9%) tinham as menores.

A pirâmide etária representada no Gráfico 2 mostra a evolução da distribuição da população residente, por sexo e grupos de idade, no período compreendido entre 2004 e 2014. Observou-se a continuidade da mudança na estrutura etária, com o alargamento do topo da pirâmide e o estreitamento de sua base. Isto indica o envelhecimento da população. Há significativo crescimento da participação relativa do segmento de pessoas de 60 anos ou mais de idade e o decréscimo do contingente populacional com idade igual ou menor de 24 anos.

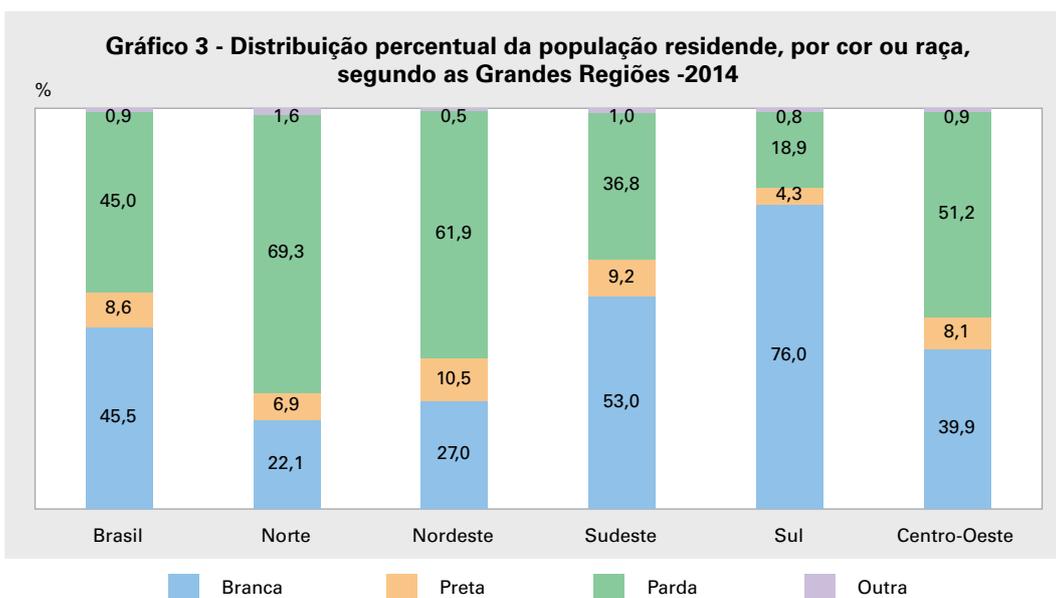
Até os 19 anos de idade, os homens constituíam a maioria da população desta faixa etária, representando 15,4% do total da população residente, ao passo que as mulheres deste mesmo grupo de idade, eram 14,8% do total populacional. A partir dos 20 anos de idade, a situação se inverte, as mulheres formam a maioria, e isto se reflete no total da população residente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

População residente por cor ou raça

Segundo o critério de declaração de cor ou raça, a maior parte da população residente (92,4 milhões de pessoas) era de cor branca, representando 45,5%. O grupo de pessoas de cor parda representava 45,0% do total populacional. Outros 8,6% se declararam de cor preta (17,4 milhões de pessoas) e 1,8 milhão de pessoas (0,9%) declarou outra cor ou raça (indígena ou amarela). Dentre as Grandes Regiões, 76,0% da população residente da Região Sul declarou-se de cor branca, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste a maioria se declarou parda, com 69,3% e 61,9%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Mobilidade populacional

Em 2014, as estimativas de migração mostraram que as pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação de residência somavam um contingente de 32,1 milhões, representando 15,8% da população do País. Em relação ao município de residência, o contingente de pessoas não naturais foi de 80,3 milhões, ou seja, 39,5% da população (Tabela 2).

A Região Centro-Oeste apresentou, em 2014, o maior percentual de pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação e em relação ao município de residência, respectivamente, 35,5% e 53,0%. A Região Nordeste, novamente, foi a que apresentou o menor percentual de pessoas não naturais, tanto em relação à Unidade da Federação (7,3%) como em relação ao município de residência (31,5%).

São Paulo foi a Unidade da Federação com o maior contingente de pessoas não naturais, tanto em relação ao município de residência (20,6 milhões de pessoas) como em relação à Unidade da Federação (10,5 milhões de pessoas).

Em números relativos, as Unidades da Federação que obtiveram o maior percentual de pessoas não naturais em relação ao município de residência foram: Rondônia (57,7%), Mato Grosso (57,6%) e Roraima (56,2%). O Piauí (26,0%) e o Ceará (29,4%) obtiveram os menores percentuais de pessoas não naturais em relação ao município de residência, seguido por Pernambuco (31,2%).

Tabela 2 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões, segundo a naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação - 2013-2014

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação	Distribuição percentual da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2013						
Naturalidade em relação ao município	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	60,7	60,6	68,6	59,6	55,6	47,5
Não naturais	39,3	39,4	31,4	40,4	44,4	52,5
Naturalidade em relação à Unidade da Federação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	84,5	79,7	92,5	82,4	87,5	65,8
Não naturais	15,5	20,3	7,5	17,6	12,5	34,2
2014						
Naturalidade em relação ao município	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	60,5	60,9	68,5	59,1	56,1	47,0
Não naturais	39,5	39,1	31,5	40,9	43,9	53,0
Naturalidade em relação à Unidade da Federação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	84,2	79,6	92,7	81,8	87,6	64,5
Não naturais	15,8	20,4	7,3	18,2	12,4	35,5

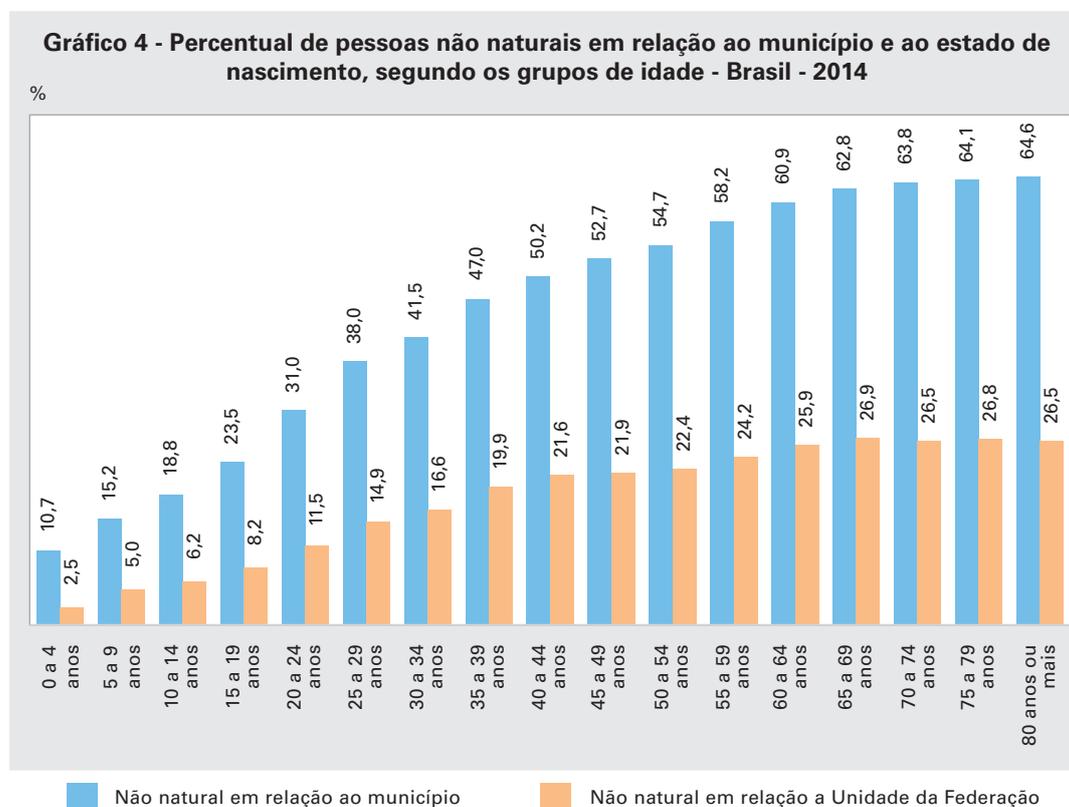
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Em relação à Unidade da Federação de residência, Distrito Federal, Roraima e Rondônia permaneceram registrando, em 2014, os maiores percentuais de pessoas não naturais (49,3%, 45,3% e 43,8%, respectivamente). O Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco foram as Unidades da Federação com as menores participações de pessoas não naturais em 2014 (4,2%, 5,0% e 6,5%, respectivamente).

De 2013 para 2014, a Unidade da Federação que obteve maior aumento da participação de pessoas não naturais em relação ao município de residência foi o Mato Grosso do Sul, variação de 5,1 pontos percentuais. O Piauí, por outro lado, registrou a maior queda na participação de pessoas não naturais, 3,5 pontos percentuais. Em relação à Unidade da Federação de residência, o Mato Grosso do Sul assinalou o maior aumento na participação relativa de pessoas não naturais (3,5 pontos percentuais), e o Amapá, a maior queda (2,5 pontos percentuais).

A distribuição das estimativas de migração por faixa de idade mostrou que as pessoas de 30 a 54 anos concentravam a maior parcela das pessoas não naturais, tanto em relação ao município quanto em relação à Unidade da Federação de residência. No ano de 2014, as participações para esta faixa foram de 43,7% e 45,4%.

O Gráfico 4 mostra que dentre a população de 60 anos ou mais de idade, mais de 60% não residia no município em que nasceu. Esse percentual foi menor para os grupos de idade mais jovens. Entre as pessoas de 15 a 19 anos 23,5% não residiam no município de nascimento e 38,0% daqueles de 25 a 29 anos também estavam nessa situação. Ao se observar a naturalidade em relação a Unidade da Federação, a tendência foi a mesma demonstrada anteriormente, entretanto, em percentuais mais baixos.



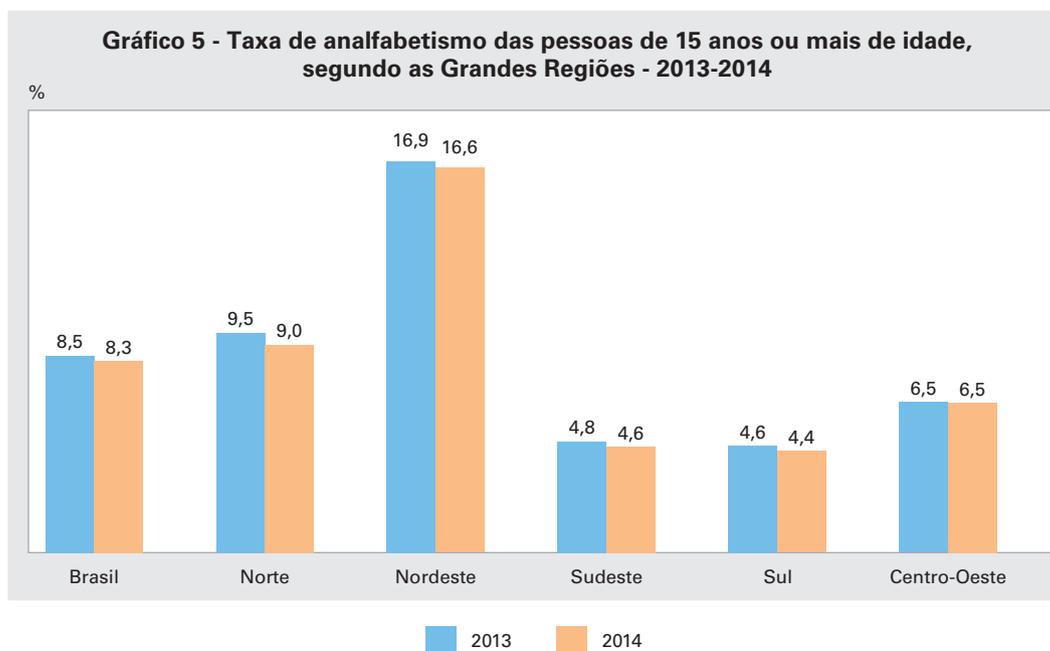
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

O nível da ocupação das pessoas não naturais, tanto em relação ao município como em relação à Unidade da Federação de residência – 59,0% e 59,7% respectivamente –, foi superior ao nível de ocupação das pessoas naturais – 55,0% em relação ao município e 56,1%, à Unidade da Federação.

Situação educacional

Analfabetismo

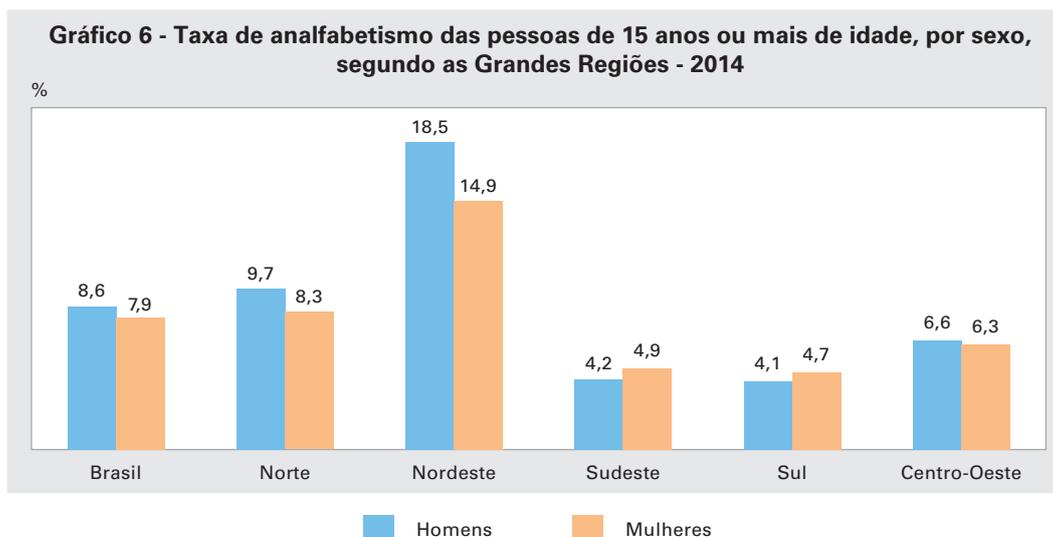
No Brasil, em 2014, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,3% (13,2 milhões de pessoas). No ano de 2013, esse indicador havia sido 8,5% (13,3 milhões de pessoas). A Região Nordeste continuou a ter a maior taxa de analfabetismo, 16,6%. As menores taxas também continuaram sendo na Região Sul (4,4%) e na Região Sudeste (4,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

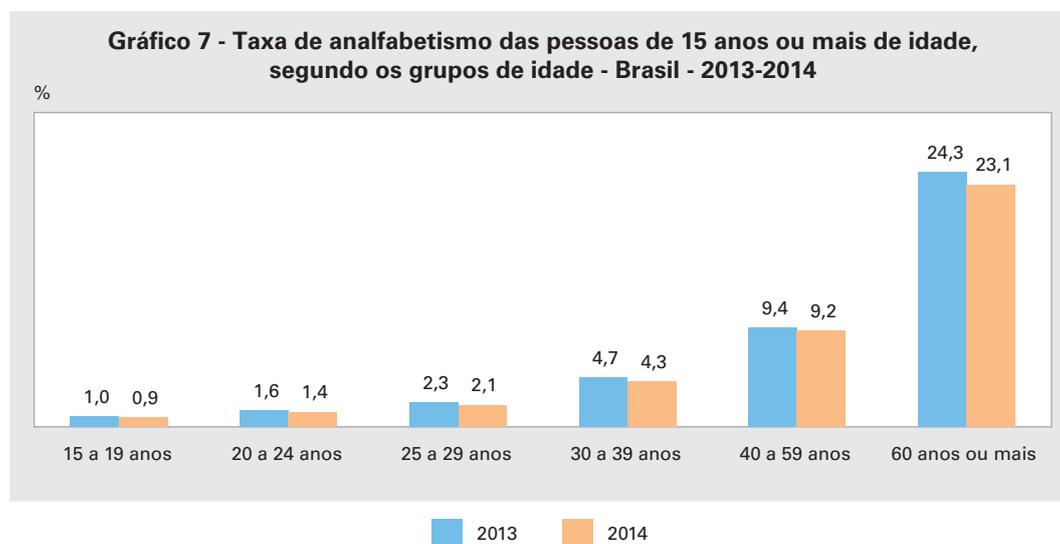
No País, a proporção de analfabetos de 15 anos ou mais de idade era praticamente equivalente entre homens (49,8%) e mulheres (50,2%). Regionalmente, Sudeste e Sul apresentaram as maiores diferenças no percentual de analfabetos, com predomínio para as mulheres, respectivamente, 56,1% e 55,4%. Essas duas regiões contavam também com as maiores proporções de mulheres acima de 60 anos de idade em sua população residente, o que pode explicar aquele predomínio das mulheres na proporção de analfabetos.

O indicador da taxa de analfabetismo era de 8,6% para os homens e de 7,9% para as mulheres em 2014. A análise regional mostrou que as maiores diferenças ocorreram na Região Norte (9,7% para os homens e 8,3% para as mulheres) e na Região Nordeste (18,5% para os homens e 14,9% para as mulheres).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

O gráfico abaixo mostra a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para os anos de 2013 e 2014. Nota-se que este indicador aumenta à medida que a idade avança, atingindo 23,1% para as pessoas de 60 anos ou mais em 2014. Frente a 2013, quando era 24,3%, esse grupo etário registrou queda de 1,2 ponto percentual dessa taxa.

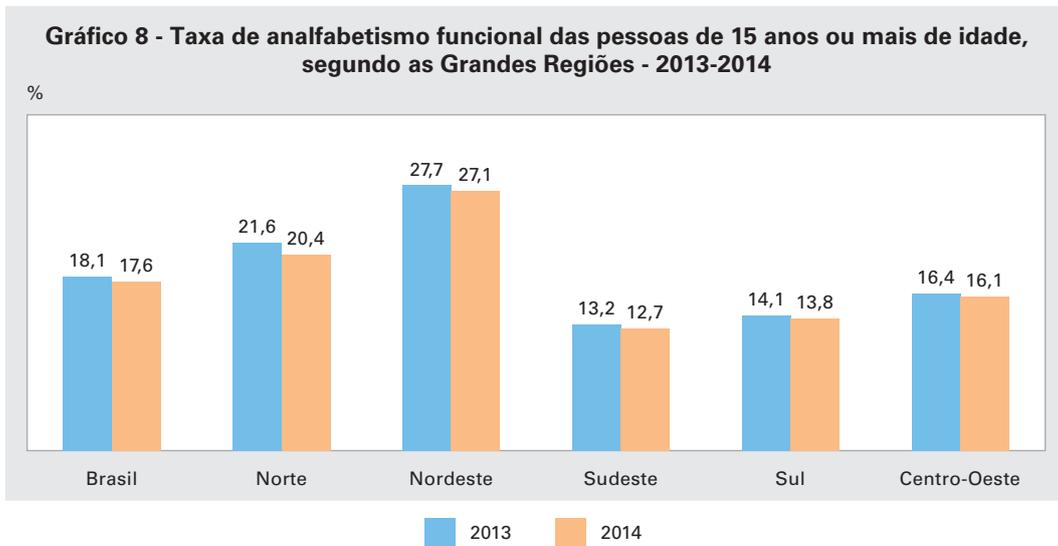


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Analfabetismo funcional

A taxa de analfabetismo funcional pode ser representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo em relação ao total de pessoas do mesmo recorte etário.

Para as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo funcional passou de 18,1% em 2013 para 17,6% em 2014. Na Região Norte ocorreu a principal redução, de 21,6% para 20,4%, queda de 1,2 ponto percentual. A Região Nordeste manteve-se como aquela em que a taxa de analfabetismo funcional era a mais alta no País, 27,7% em 2013 e 27,1% em 2014. As Regiões Sudeste e Sul também continuam a apresentar os indicadores mais baixos, 12,7% e 13,8%, respectivamente.

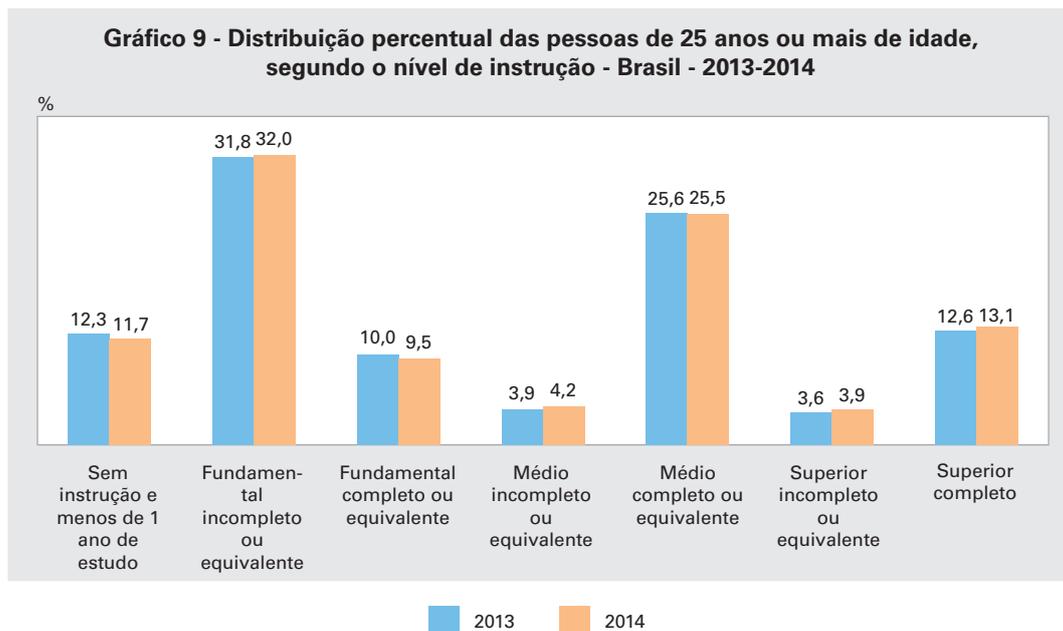


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Nível de instrução

Para o nível de instrução, analisaram-se apenas as pessoas de 25 anos ou mais de idade, visando evitar que pessoas pertencentes aos grupos etários do processo regular de escolarização fossem consideradas.

Em 2014, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução formados pelo ensino fundamental incompleto (32,0%) e pelo ensino médio completo (25,5%). Comparando-se os indicadores de 2013 e 2014, nota-se que não houve mudança significativa, mas destacam-se a queda de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, de 12,3% para 11,7% e a alta de pessoas com curso superior completo, de 12,6% para 13,1% - grupo este que também concentra aqueles que possuíam mestrado e doutorado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

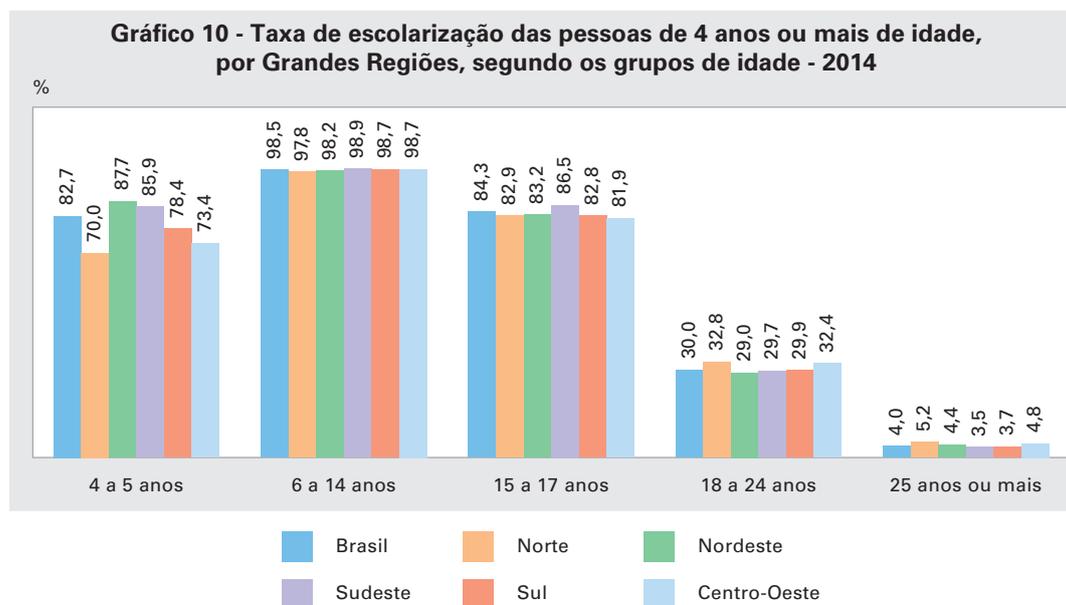
Frequência à escola

A frequência à escola é usada para calcular a taxa de escolarização, que é a proporção de estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

O maior aumento da taxa de escolarização deu-se na faixa de crianças de 4 a 5 anos de idade, 82,7% em 2014, frente a 81,4% em 2013. A maior taxa de escolarização está no grupo de 6 a 14 anos, com 98,5%. Para o grupo de 15 a 17 anos, o indicador se manteve estável no período, permanecendo em 84,3%. A mesma estabilidade foi observada no grupo de 18 a 24 anos, com 30,0%.

Por fim, o grupo de pessoas de 25 anos ou mais registrou taxa de escolarização de 4,0%; em 2013, esse indicador havia sido de 4,1%.

Constatou-se que as Grandes Regiões têm taxa de escolarização das pessoas por grupos de idade próxima à taxa do Brasil, exceto no grupo de 4 e 5 anos de idade. No Brasil esse indicador foi de 82,7% em 2014, enquanto na Região Norte, foi de 70,0% e na Região Centro-Oeste, 73,4%.



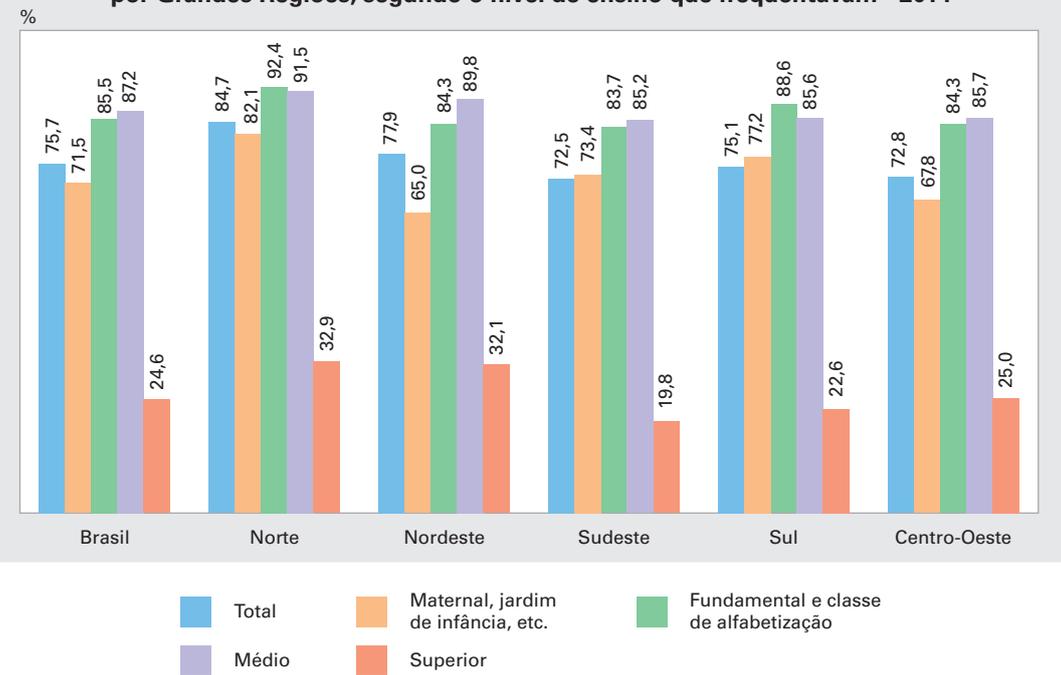
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

O gráfico, a seguir, apresenta a proporção de estudantes de 4 anos ou mais de idade que frequentavam a rede de ensino pública, em 2014, por nível de ensino. Nesse ano, 75,7% dos estudantes estavam na rede pública no Brasil. No ano anterior, esta proporção era de 76,9%. Os maiores percentuais de estudantes na rede pública são os de ensino fundamental (85,5%) e de ensino médio (87,2%), enquanto somente 24,6% dos alunos de curso superior frequentavam instituições públicas.

A Região Norte foi a Grande Região que proporcionalmente mais tinha alunos frequentando a rede pública de ensino em todos os níveis, inclusive no curso superior. Diferentemente do que aconteceu em 2013, quando a Região Nordeste era a que mais tinha alunos de curso superior na rede pública.

Destaca-se que os menores percentuais de estudantes de curso superior em rede pública foram observados na Região Sudeste (19,8%) e Sul (22,6%).

Gráfico 11 - Proporção de estudantes de 4 anos ou mais de idade na rede de ensino pública, por Grandes Regiões, segundo o nível de ensino que frequentavam - 2014

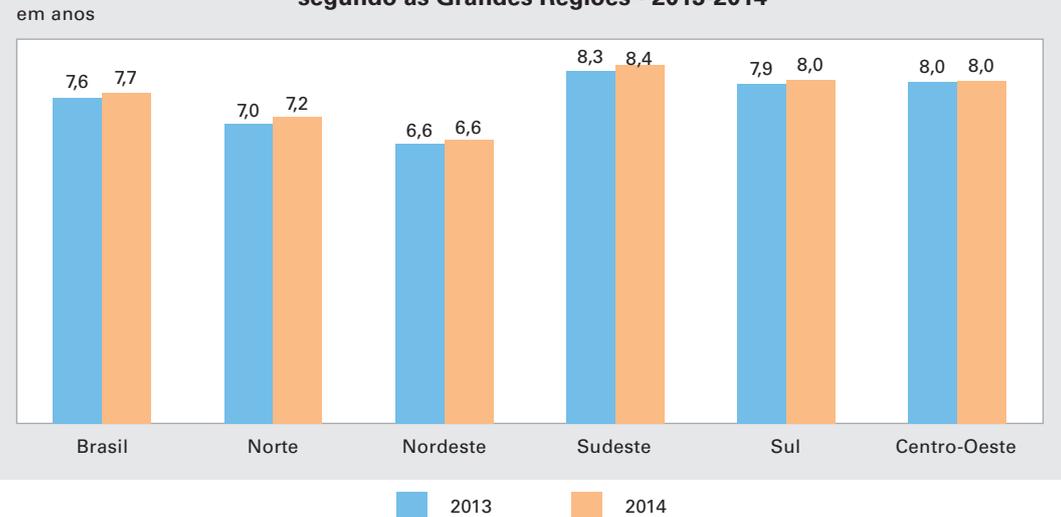


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Anos de estudo

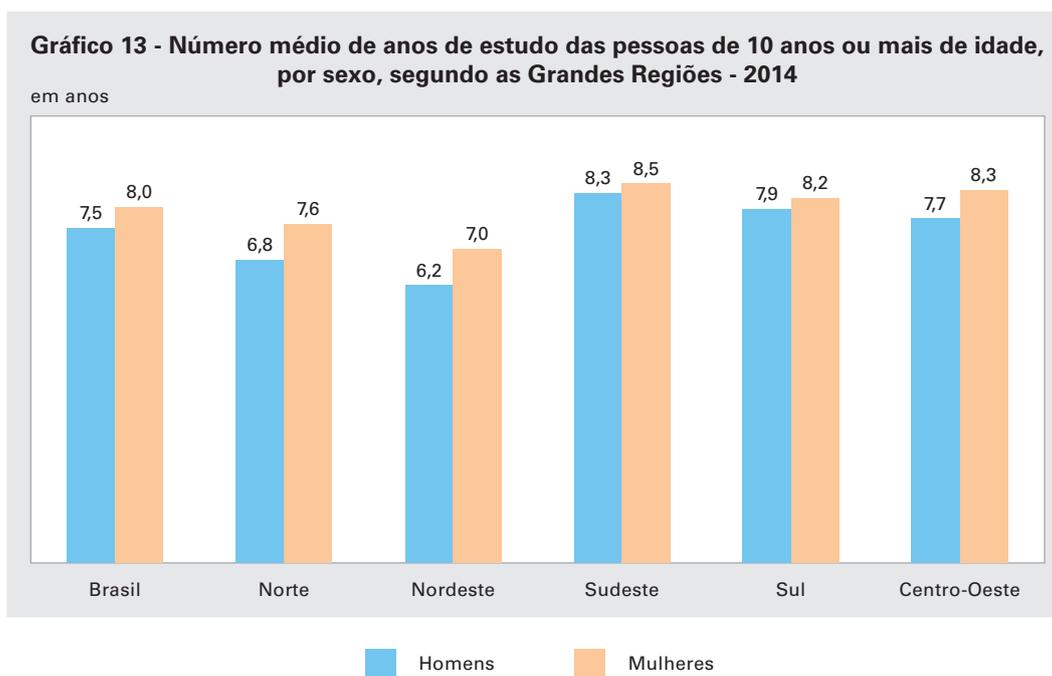
O número médio de anos de estudo para o Brasil era de 7,7 anos em 2014. A Região Sudeste apresentava a maior média, 8,4 anos. As Regiões Nordeste e Norte registraram as menores médias, 6,6 e 7,2 anos de estudo, respectivamente.

Gráfico 12 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Em todas as Grandes Regiões, as mulheres apresentaram médias maiores de anos de estudo. Em 2014, as mulheres tinham 8,0 anos e os homens, 7,5 anos de estudo. As maiores diferenças são apontadas na Região Norte, 7,6 anos para as mulheres e os 6,8 anos para os homens; e na Região Nordeste, com 7,0 anos para as mulheres e 6,2 anos para os homens. A menor diferença foi encontrada na Região Sudeste, com 8,5 anos para as mulheres e 8,3 anos para os homens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Situação do mercado de trabalho

Força de trabalho¹

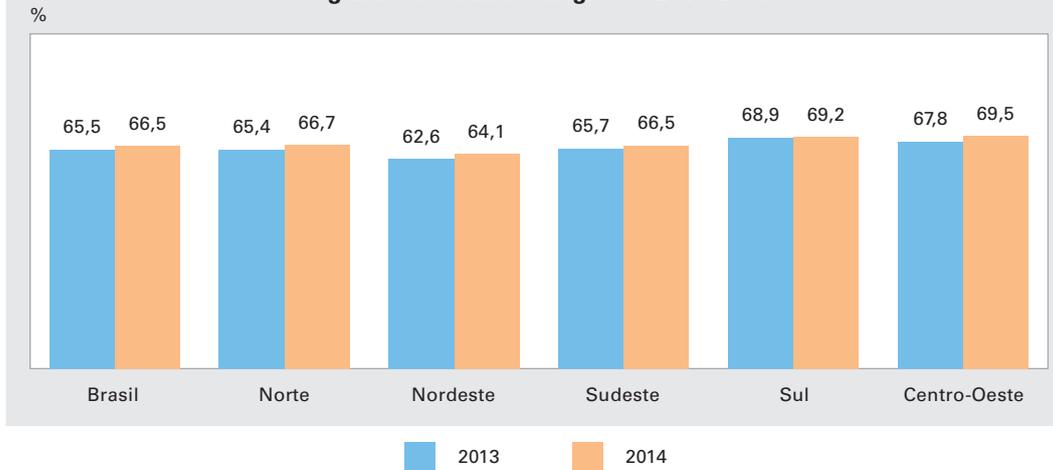
Em 2014, a população em idade ativa² foi estimada em 159,2 milhões de pessoas. Nesse universo, cerca de 105,9 milhões, ou 66,5%, compunham a população economicamente ativa do País, enquanto a população não economicamente ativa totalizava 53,4 milhões de pessoas, ou 33,5%. Frente a 2013, os crescimentos da população em idade ativa e da população economicamente ativa foram de 1,7% e 3,3% respectivamente. A população não economicamente ativa registrou queda de 1,3% no ano. A taxa de atividade, indicador que mede a proporção de pessoas em idade ativa que estavam na força de trabalho, foi de 66,5%. Em 2013, essa taxa havia sido 65,5%.

A Região Nordeste permaneceu registrando a menor taxa de atividade dentre as cinco Grandes Regiões, 64,1%, enquanto as Regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram as maiores: 69,5% e 69,2%, nessa ordem.

¹ Conjunto das pessoas ocupadas e não ocupadas que estavam procurando trabalho.

² Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Gráfico 14 - Taxa de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013-2014



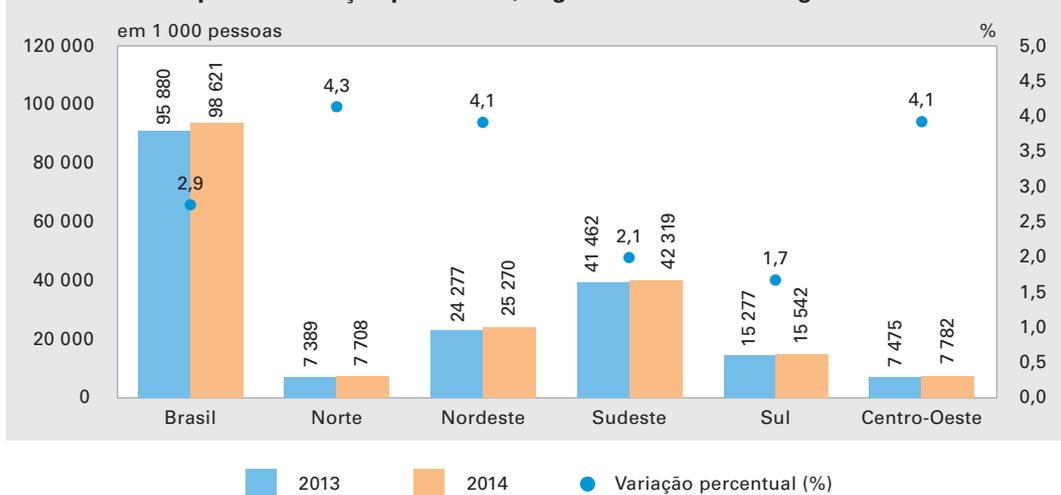
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

População ocupada

A população ocupada totalizou 98,6 milhões de pessoas em 2014, o que representou um crescimento de 2,9% na comparação com 2013; neste mesmo período, a população em idade ativa expandiu 1,7%. A população ocupada masculina totalizava 56,0 milhões de pessoas, enquanto a feminina era de 42,6 milhões de pessoas. Frente a 2013, tanto as mulheres como os homens apresentaram expansão na ocupação, de 4,2% e 1,9%, respectivamente. A Região Sul foi a que registrou a menor variação da população ocupada, com 1,7%, e a Região Norte apresentou a maior variação de um ano para o outro: aumento de 4,3%.

O gráfico, a seguir, mostra os contingentes de ocupados no Brasil e nas Grandes Regiões nos anos de 2013 e 2014 e ilustra suas variações no período.

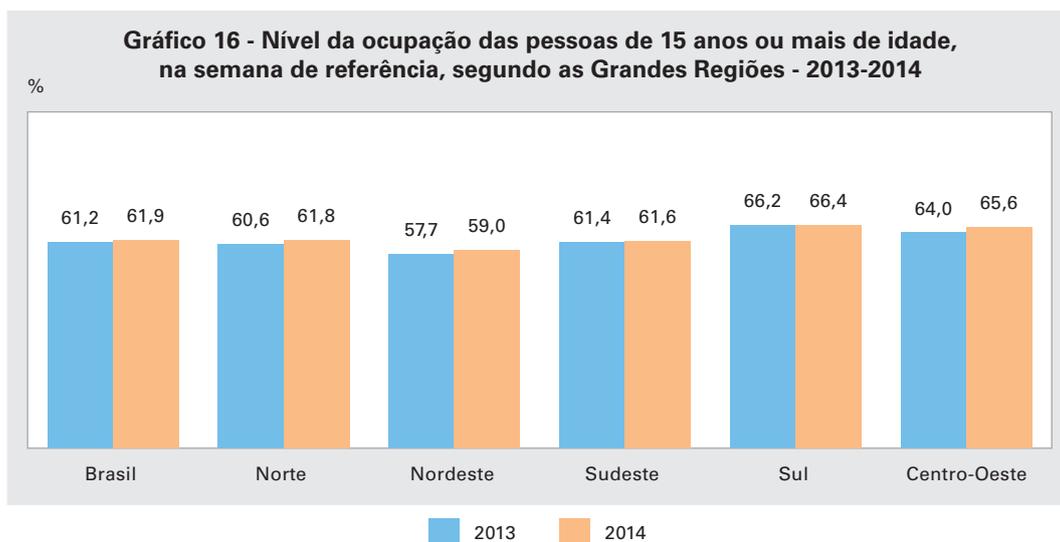
Gráfico 15 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva variação percentual, segundo as Grandes Regiões - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

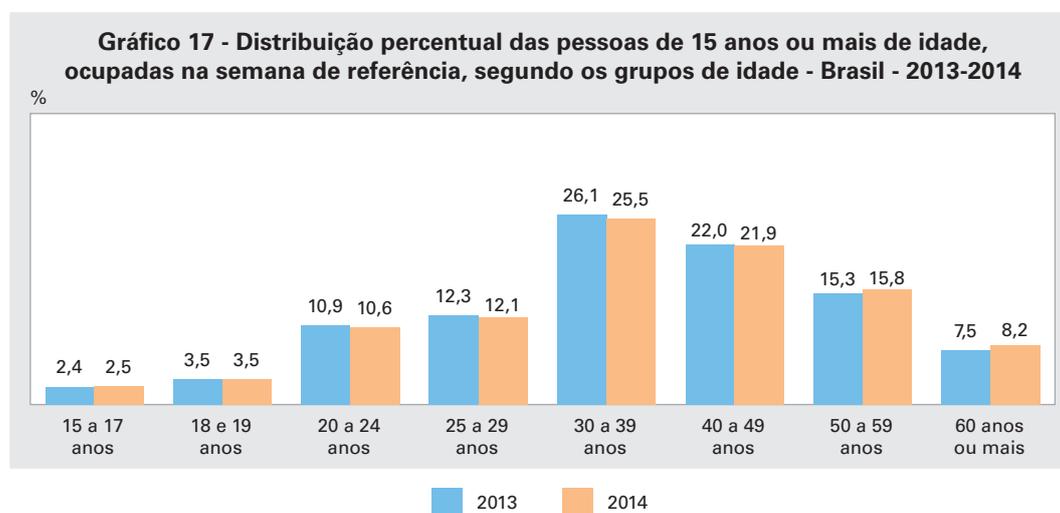
O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa) foi de 61,9% em 2014 e de 61,2% em 2013. Essa estimativa para as mulheres foi de 51,2% e de 73,7% para os homens em 2014.

O maior nível da ocupação, de 66,4%, foi registrado na Região Sul em 2014, seguida pela Região Centro-Oeste, com 65,6%. A Região Nordeste registrou o menor, 59,0%. Na Região Sudeste, que responde por 42,9% da população ocupada do País, o nível da ocupação foi de 61,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Os grupos etários formados por pessoas de 30 a 59 anos de idade registraram os maiores percentuais de ocupados. Em 2014, 25,5% dos ocupados tinham de 30 a 39 anos de idade; 21,9%, 40 a 49 anos de idade; e 15,8%, 50 a 59 anos de idade. Os grupos etários compreendidos por pessoas de 20 a 49 anos de idade apresentaram tendência de redução de participação em 2014 frente a 2013, enquanto aqueles grupos com pessoas a partir de 50 anos de idade apresentaram elevação. O gráfico, a seguir, ilustra a distribuição etária dessa população nos anos de 2013 e 2014.

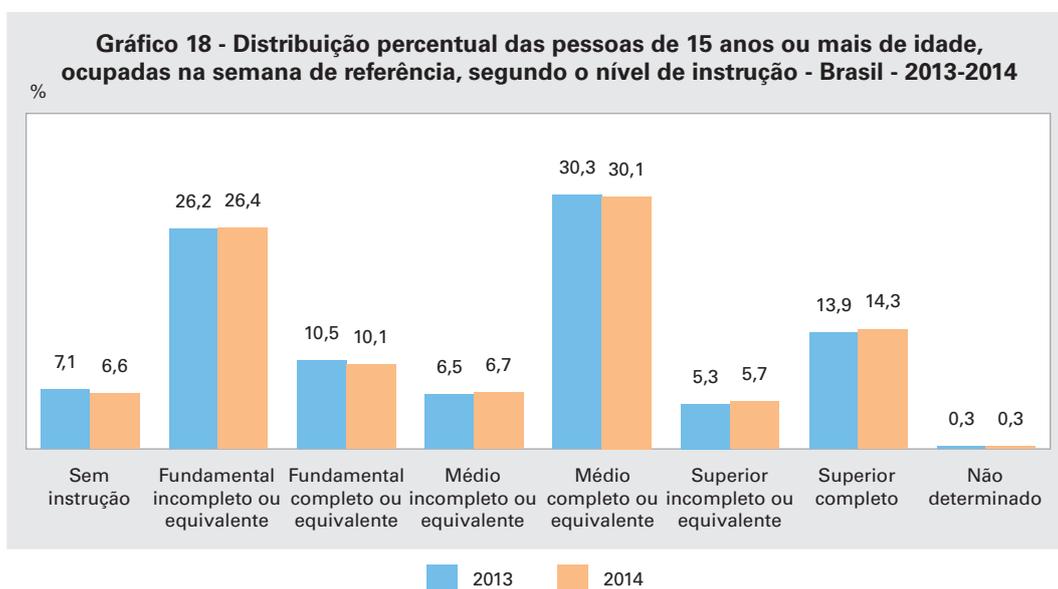


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Nível de instrução da população ocupada

Na distribuição da população ocupada em 2014, segundo o nível de instrução, predominaram os ocupados com ensino fundamental incompleto ou equivalente (26,4%) e os com ensino médio completo ou equivalente (30,1%). Os ocupados com ensino superior completo registraram participação de 13,9% em 2013 e de 14,3% em 2014.

Segundo os anos de estudo, a análise regional apontou para algumas distinções na escolaridade das pessoas ocupadas. A Região Nordeste foi onde se registrou o menor percentual de pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de estudo, com 40,0%, ao passo que na Região Sudeste, este percentual foi o maior, de 56,9% em 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Grupamentos de atividade

Em 2014, 45,2% dos ocupados atuavam no conjunto formado pelos grupamentos de atividade dos serviços, o que correspondia a 44,6 milhões de trabalhadores. Em 2013, esse percentual havia sido de 45,3%, com 43,4 milhões de pessoas. Os serviços tiveram seu contingente acrescido em 1 147 mil pessoas, o que representou um crescimento de 2,6%, enquanto a população ocupada total do País expandiu em 2,9% no mesmo período.

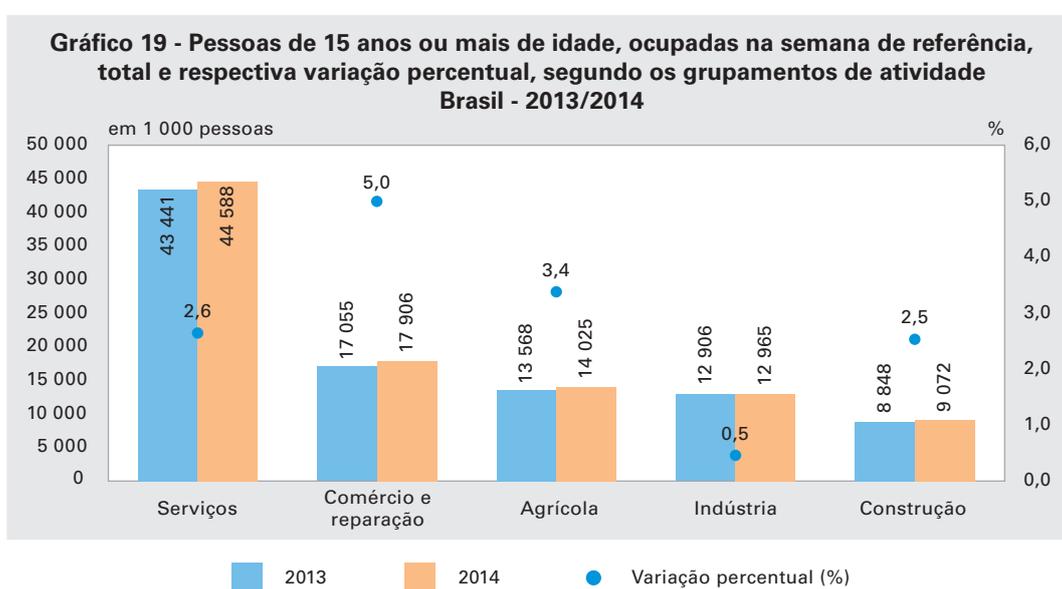
O comércio e reparação, com aproximadamente 17,9 milhões de pessoas (18,2% dos ocupados), foi o segundo grupamento de atividade com o maior contingente, cujo crescimento, frente a 2013, foi de 5,0% (aumento de 851 mil trabalhadores).

Os trabalhadores das atividades agrícolas, em 2014, totalizavam 14,0 milhões de pessoas, o que representou uma expansão de 458 mil trabalhadores em relação a 2013. Essa atividade respondia por 14,2% dos ocupados em 2014 e em 2013.

Com 13,0 milhões de trabalhadores em 2014, a indústria registrou queda da participação na população ocupada: de 13,5% em 2013 para 13,1% em 2014. Apesar da queda de participação, o contingente nesta atividade aumentou em 59 mil trabalhadores.

Os trabalhadores da construção respondiam por 9,2% da população ocupada em 2014, assim como em 2013. Com 9,0 milhões de trabalhadores em 2014, essa atividade manteve trajetória de crescimento, com elevação de 224 mil pessoas (2,5%) na comparação com 2013.

O gráfico, a seguir, mostra a evolução do contingente de ocupados por grupamentos de atividades no Brasil, nos anos de 2013 e 2014.

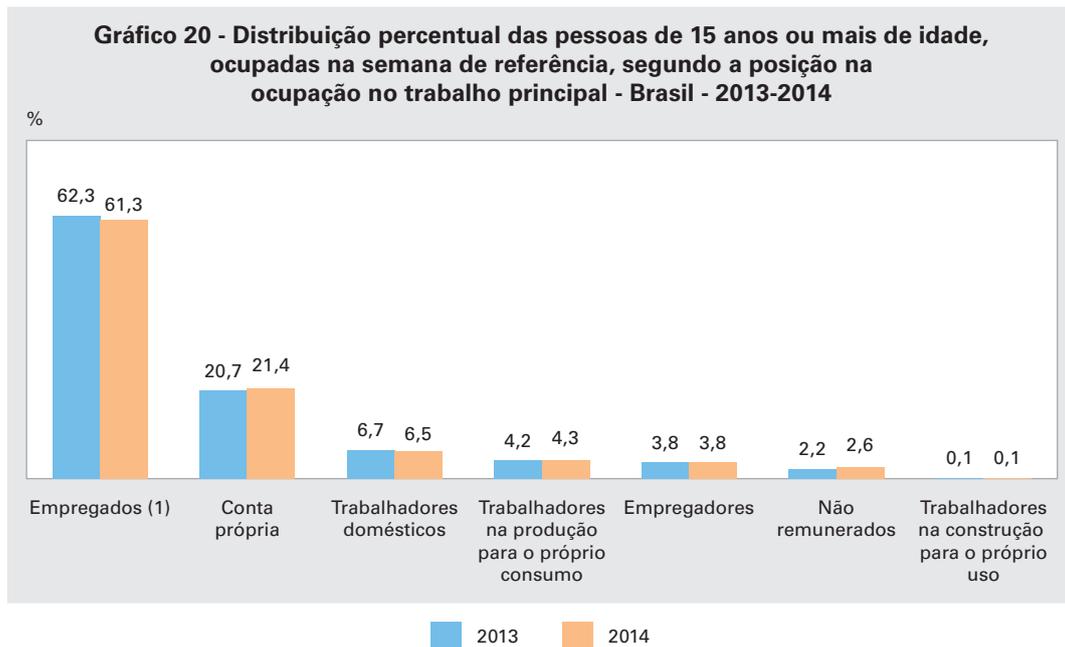


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Forma de inserção no mercado de trabalho

A distribuição da população ocupada segundo as diversas formas de inserção no mercado de trabalho em 2014 mostrou a seguinte composição: 61,3% de empregados (60,5 milhões); 21,4% de trabalhadores conta própria (21,1 milhões); 6,5% de trabalhadores domésticos (6,4 milhões) e 3,8% de empregadores (3,7 milhões). Os demais trabalhadores (6,9 milhões) estavam assim distribuídos no mercado de trabalho: trabalhadores não remunerados (2,6%); trabalhadores na produção para o próprio consumo (4,3%); e trabalhadores na construção para o próprio uso (0,1%).

Na comparação com 2013, a participação dos empregados contraiu 1,0 ponto percentual. Regionalmente, essa queda foi mais acentuada na Região Sudeste, onde essa participação passou de 67,7% para 66,2% no período. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste permaneceram registrando, em 2014, as maiores proporções de empregados na composição da população ocupada: 66,2% e 65,4%, respectivamente. Por outro lado, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores participações de trabalhadores conta própria: 27,8% e 25,2%, nessa ordem.

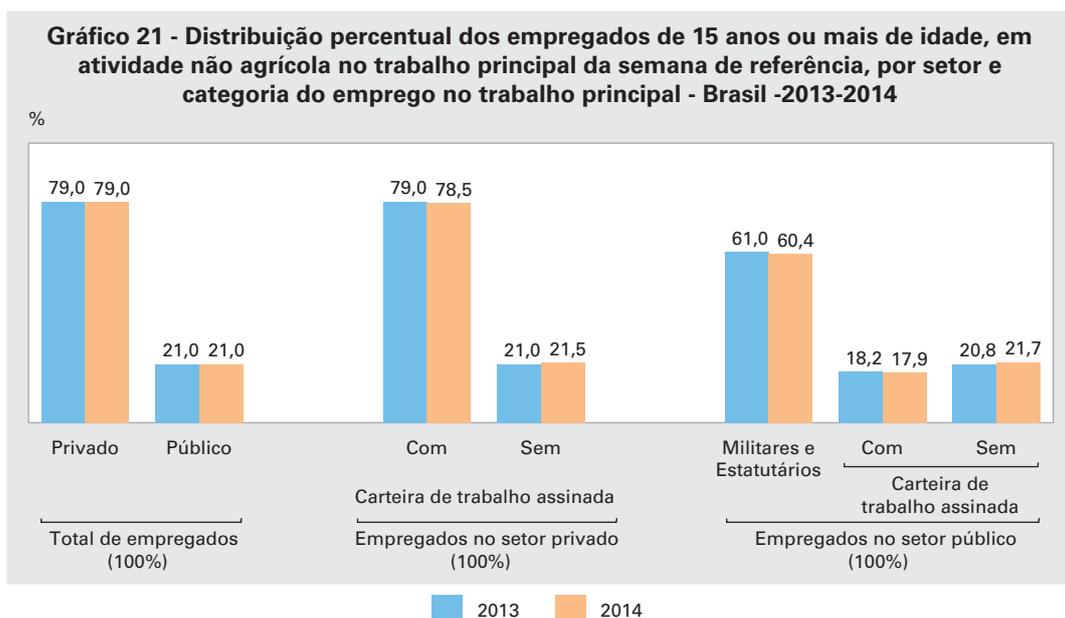


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

(1) Não inclui os trabalhadores domésticos.

Empregados em atividade não agrícola

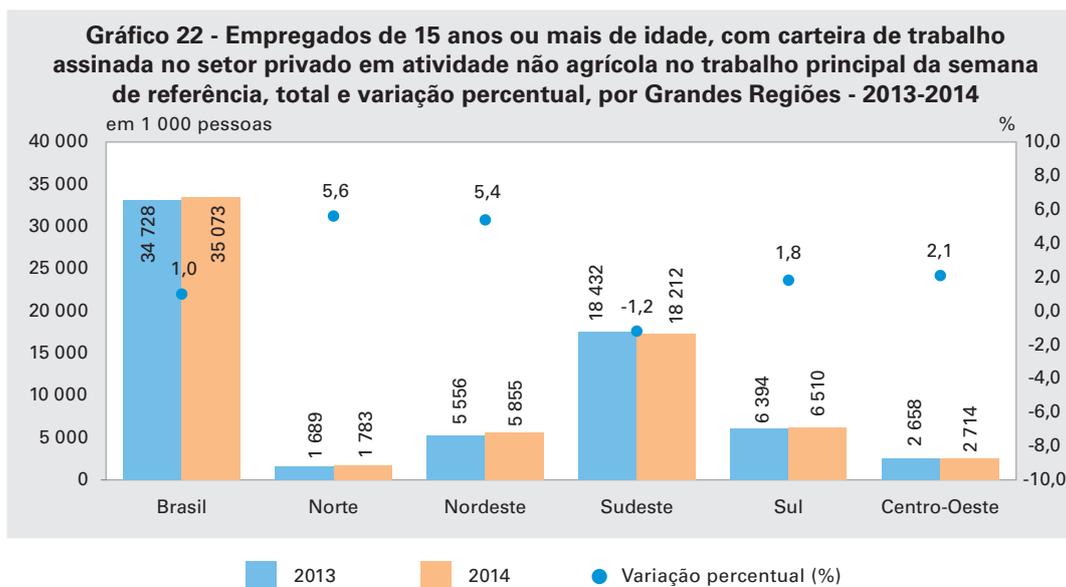
Em 2014, dos 56,5 milhões de empregados em atividade não agrícola, 79,0% estavam no setor privado. Desses empregados que estavam no setor privado, 78,5% possuíam carteira de trabalho assinada. No conjunto de empregados do setor público, predominavam os militares e funcionários públicos estatutários (60,4%). Esse setor contava ainda com 17,9% de empregados com carteira de trabalho assinada e 21,7%, sem carteira de trabalho assinada.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

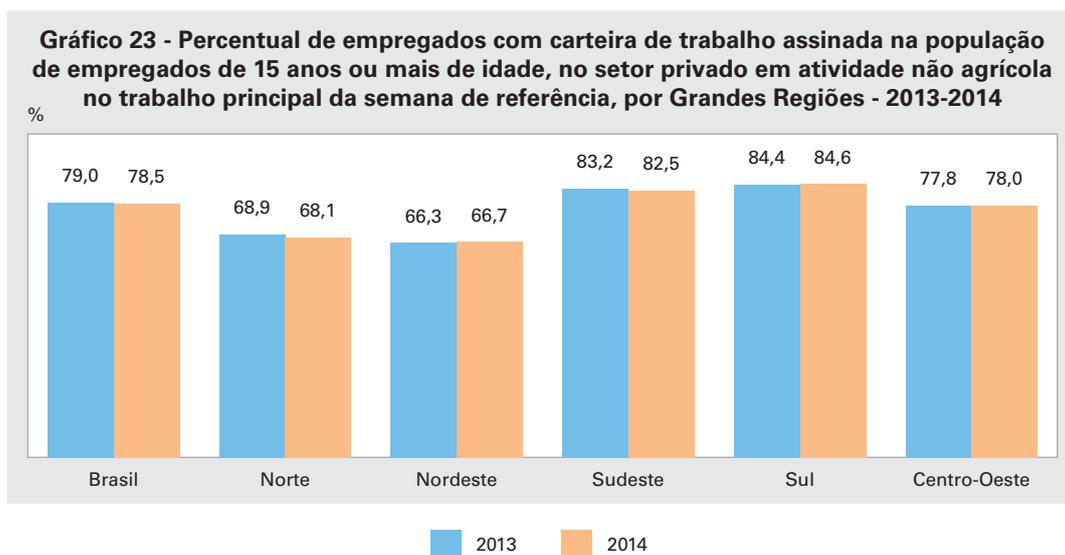
Empregados com carteira assinada no setor privado em atividade não agrícola

Formado por 35,1 milhões de pessoas em 2014, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado em atividade não agrícola registrou acréscimo de 345 mil trabalhadores, o que representou aumento de 1,0% em relação a 2013. O aumento do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado em atividade não agrícola ocorreu em todas as regiões, em 2014, com exceção da Região Sudeste (-1,2%), sendo os maiores acréscimos registrados nas Regiões Norte (5,6%) e Nordeste (5,4%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

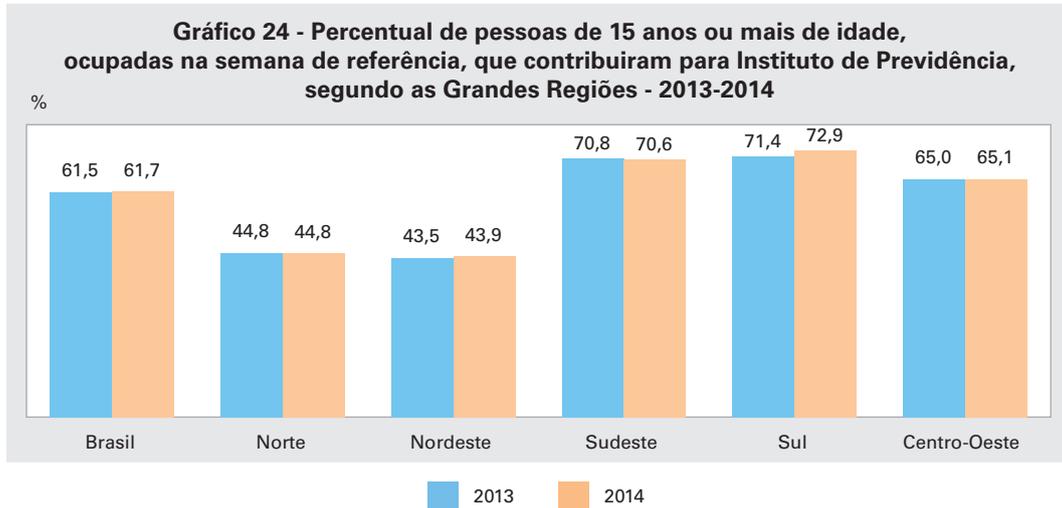
Nas Regiões Sudeste e Sul, a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada entre os empregados do setor privado não agrícola ultrapassou 80,0%. A Região Nordeste manteve-se com a menor, 66,7%; enquanto nas Regiões Norte e Centro-Oeste elas foram 68,1% e 78,0%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Contribuição previdenciária

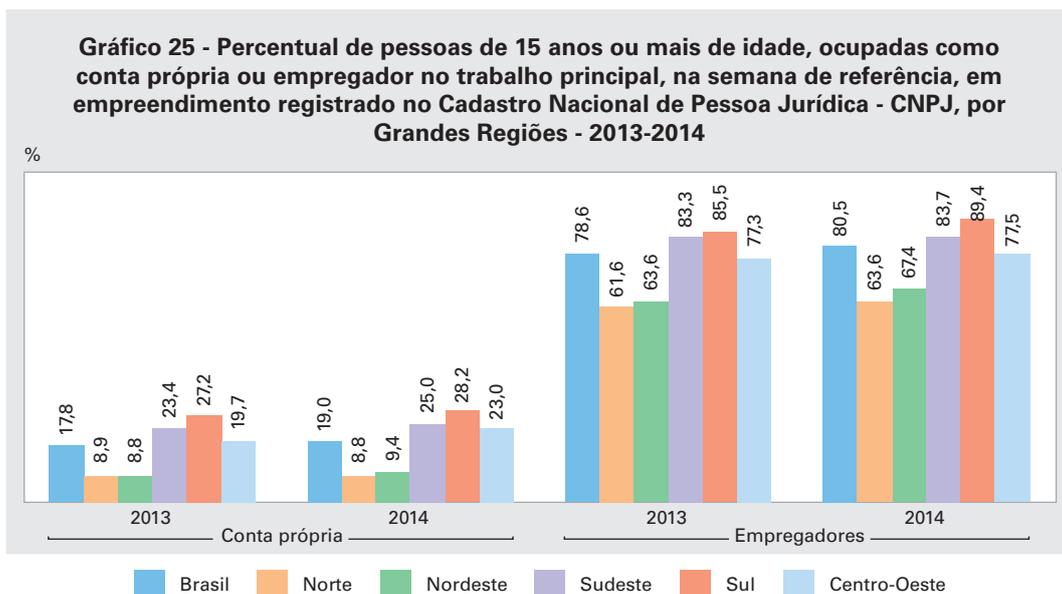
Em 2014, 61,7% (60,8 milhões de pessoas) dos ocupados eram contribuintes de instituto de previdência. Em relação a 2013, a expansão foi de 1,8 milhão de pessoas, ou 3,1%. As Regiões Sudeste e Sul atingiram proporção superior a 70,0%, enquanto nas Regiões Norte e na Nordeste menos da metade dos ocupados eram contribuintes da previdência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Para os trabalhadores conta própria e os empregadores, a pesquisa investigou se o empreendimento em que trabalhavam na semana de referência tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. Em 2014, do contingente de 21,1 milhões de trabalhadores conta própria, aproximadamente 4,0 milhões (19,0%) trabalhavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Em 2013, esse percentual era 17,8%. Dentre os 3,7 milhões de empregadores, a pesquisa mostrou que, para 3,0 milhões deles, o empreendimento em que trabalhavam contava com esse registro, ou seja, 80,5%. Em 2013, eram 78,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

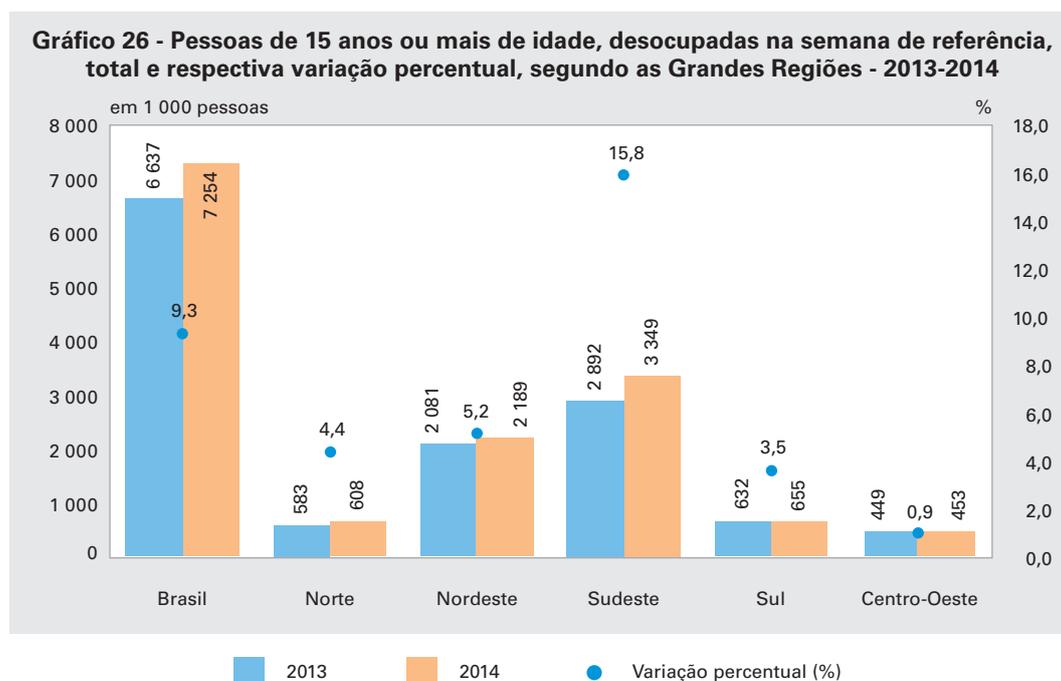
A existência desse registro cresceu em todas as regiões, com destaque para a Região Sudeste, cuja expansão foi de 1,6 pontos percentuais, frente a 2013. As Regiões Sul (89,4%) e Sudeste (83,7%) foram as que apresentaram as maiores proporções de empregadores em empreendimento com registro no CNPJ.

População desocupada

Contingente de desocupados

O contingente de pessoas que não estavam ocupadas e tomaram providência efetiva para conseguir um trabalho, classificadas como desocupadas, foi de 7,3 milhões em 2014. Em relação a 2013, houve crescimento de 9,3%, correspondendo a 617,2 mil pessoas a mais nessa condição.

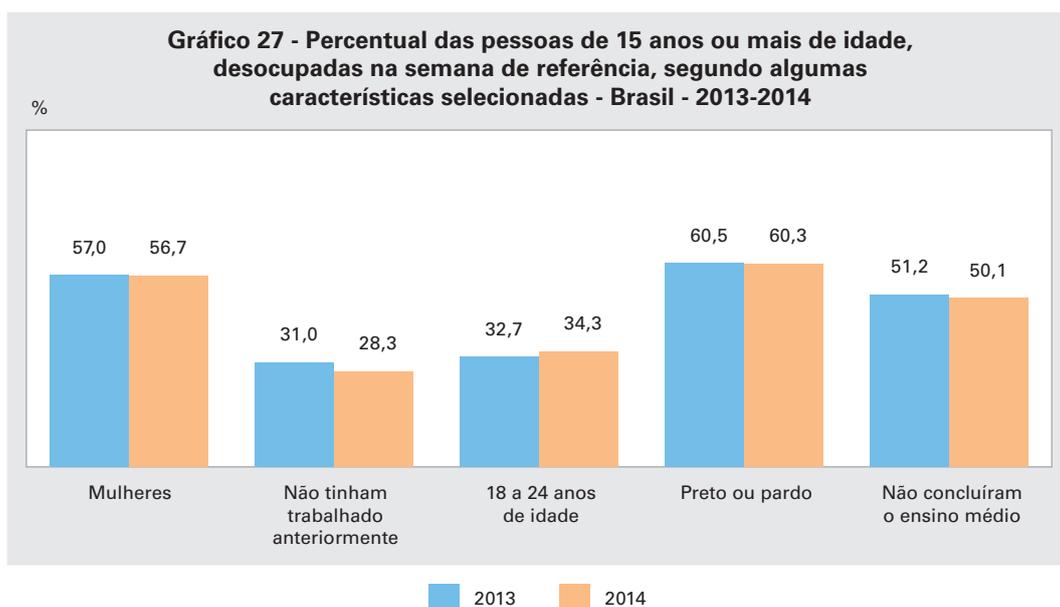
Todas as regiões apresentaram expansão da desocupação, principalmente a Região Sudeste, 15,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Características da população desocupada

Dentre as características da população desocupada, destacaram-se os seguintes pontos em 2014: mais da metade (56,7%) dos desocupados era de mulheres; 28,3% nunca tinham trabalhado; 34,3% eram jovens de 18 a 24 anos de idade; 60,3% eram pretos ou pardos; e 50,1% deles não tinham completado o ensino médio. Frente a 2013, as variações mais significativas foram dos percentuais dos desocupados que não tinham trabalhado anteriormente (queda de 2,7 pontos percentuais) e dos jovens de 18 a 24 anos de idade (crescimento de 1,6 ponto percentual).

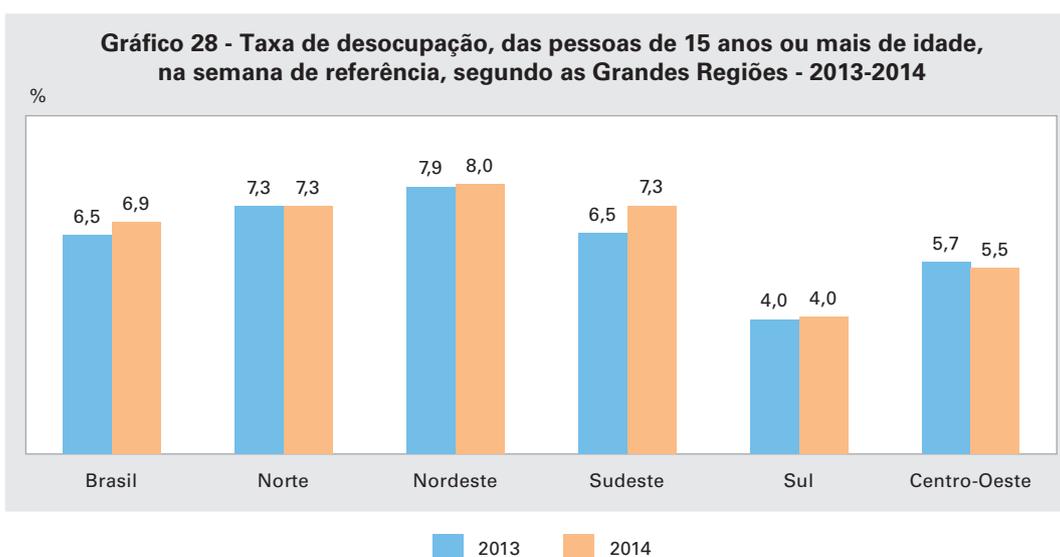


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

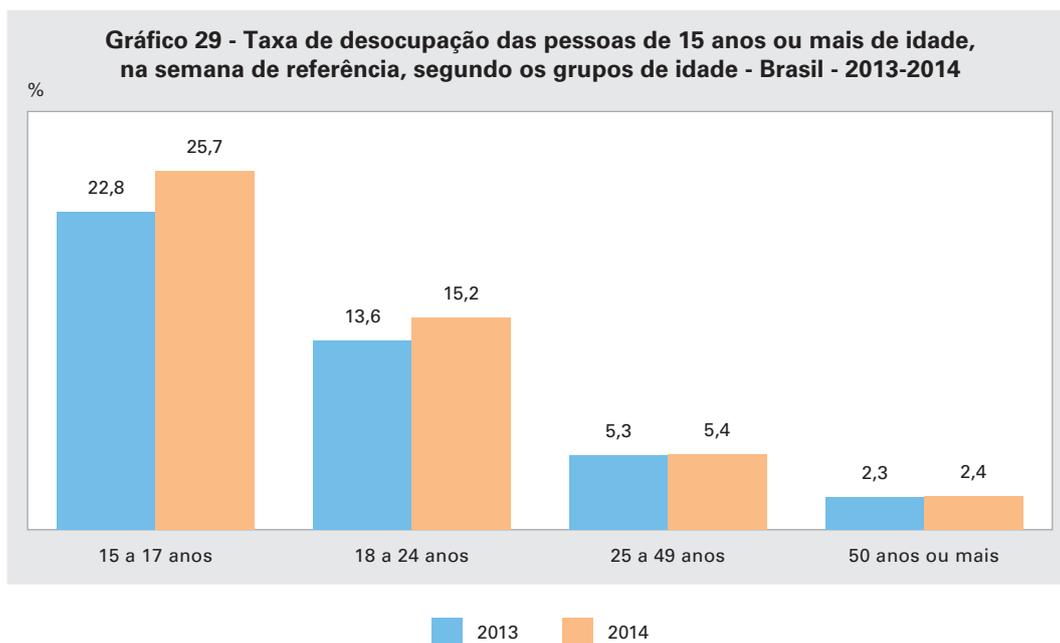
Taxa de desocupação

A taxa de desocupação foi estimada em 6,9% no ano de 2014, e em 6,5% em 2013. A menor taxa de desocupação foi observada na Região Sul, 4,0%, e na Nordeste, a maior, 8,0%. A maior variação frente a 2013 ocorreu na Região Sudeste, onde esse indicador cresceu 0,8 ponto percentual, atingindo 7,3% em 2014.

Segundo os grupos de idade, houve crescimento de 2,9 pontos percentuais na taxa de desocupação daqueles de 15 a 17 anos, alcançando 25,7% em 2014. Entre as pessoas de 25 a 49 anos (5,4%) e de 50 anos ou mais de idade (2,4%), esse indicador registrou taxa inferior à média estimada para o total da população.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

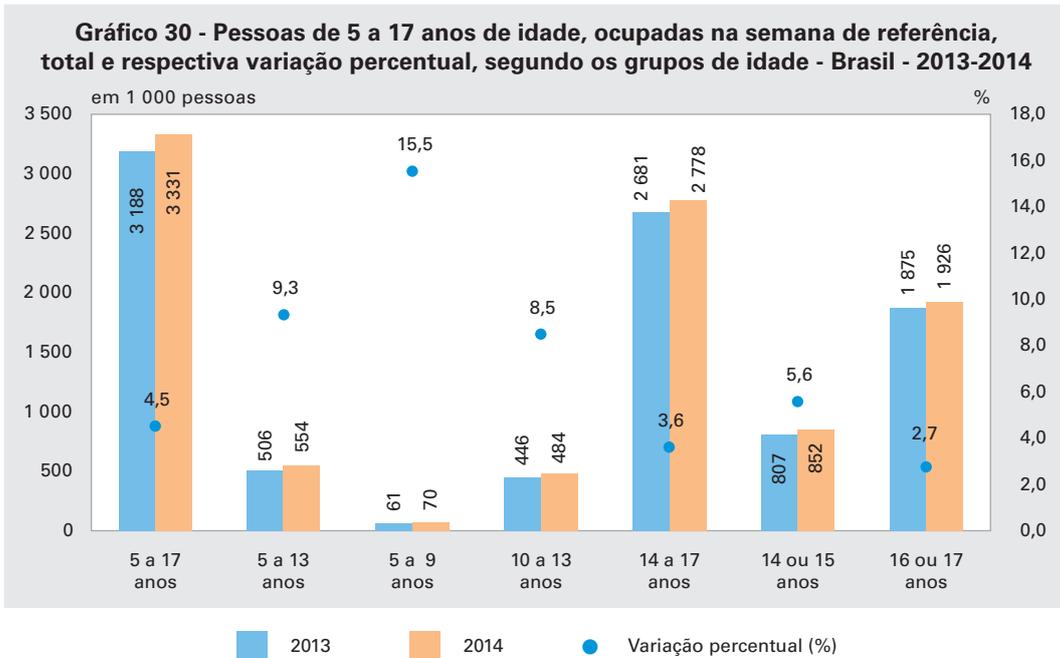
Trabalho das crianças e adolescentes

Em 2014, havia 3,3 milhões de pessoas de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil, os homens representavam cerca de dois terços desse número. Comparando com 2013, houve um aumento de 4,5% no número de crianças e adolescentes ocupados, ou um contingente de 143,5 mil a mais nesta condição.

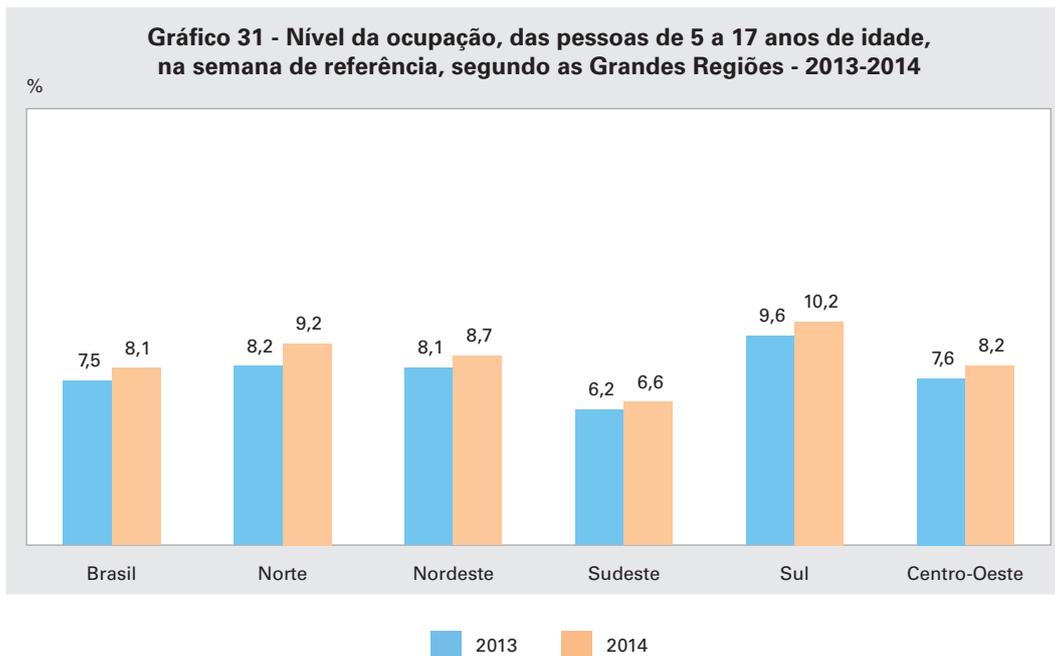
Encontravam-se na situação de trabalho infantil – grupo de 5 a 13 anos de idade – 554 mil pessoas. Destas, 70 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade e 484 mil no grupo de 10 a 13 anos de idade; enquanto no grupo de 14 a 17 anos de idade, estavam 2,8 milhões de pessoas. Ou seja, dos 3,3 milhões de pessoas ocupadas no grupo de 5 a 17 anos de idade, 16,6% representavam pessoas na situação de trabalho infantil. Nas Regiões Norte e Nordeste, essa proporção subia para 27,5% e 22,4%, respectivamente.

O nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade, em 2014, foi maior, em todas as regiões, frente ao ano de 2013. Tendo se elevado de 7,5% para 8,1% no Brasil. A Região Norte apresentou o maior aumento, de 1,0 ponto percentual, e a Região Sudeste o menor, 0,4 ponto percentual. As demais regiões apresentaram aumento de 0,6 ponto percentual.

O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* real das pessoas de 5 a 17 anos ocupadas, em 2014, foi estimado em R\$ 647,00. Para as pessoas não ocupadas nessa faixa de idade, este rendimento foi estimado em R\$ 669,00. O número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos caiu de 26,9, em 2013, para 25,9, em 2014. A população ocupada na faixa de 5 a 13 anos de idade, assim como em 2013, concentrou-se na atividade agrícola (62,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Tabela 3 - Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - Brasil - 2013-2014

Especificação	Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
2013				
Percentual de homens na população ocupada na semana de referência (%)	64,7	68,5	66,8	62,7
Nível da ocupação (%)	7,5	1,8	11,4	26,4
Rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas (R\$)	590,00	393,00	548,00	663,00
Rendimento médio mensal de trabalho (R\$)	496,00	190,00	368,00	564,00
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	26,9	14,6	23,8	31,5
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas (%)	80,3	96,5	88,4	72,5
Percentual de pessoas em atividade agrícolas na população ocupada (%)	30,6	64,2	35,5	19,5
Percentual de não remunerados na população ocupada (%)	18,2	39,2	24,0	10,0
Percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso na população ocupada (%)	12,5	33,8	14,1	6,1
2014				
Percentual de homens na população ocupada na semana de referência (%)	65,5	69,8	68,6	62,9
Nível da ocupação (%)	8,1	2,0	12,0	27,4
Rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas (R\$)	647,00	435,00	578,00	737,00
Rendimento médio mensal de trabalho (R\$)	521,00	215,00	380,00	589,00
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	25,9	14,4	22,6	30,7
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas (%)	80,3	96,8	89,2	71,7
Percentual de pessoas em atividade agrícolas na população ocupada (%)	30,8	62,1	37,5	18,8
Percentual de não remunerados na população ocupada (%)	21,8	45,6	28,2	12,2
Percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso na população ocupada (%)	12,4	30,8	14,8	6,0

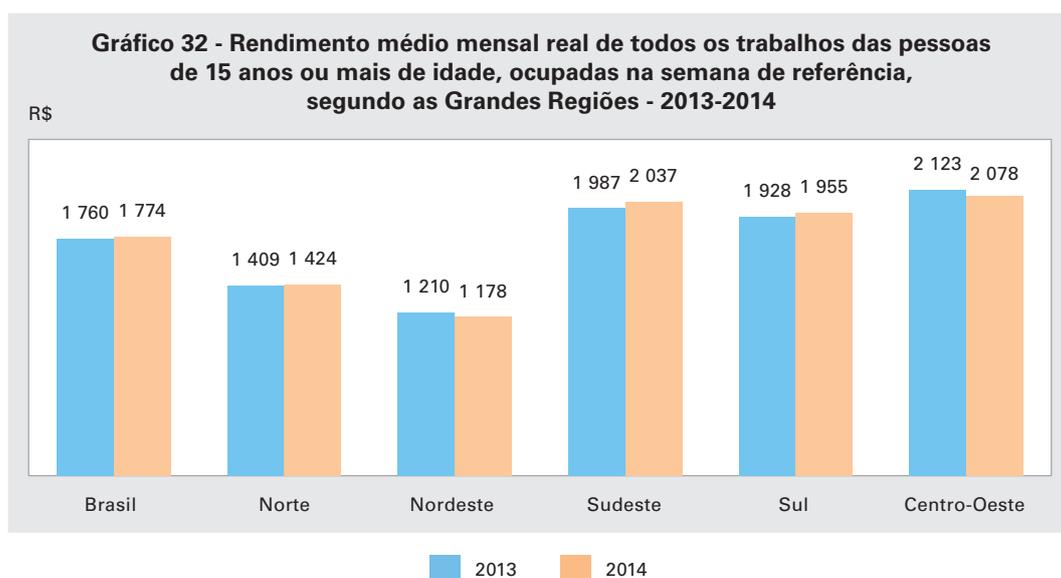
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Rendimento

Rendimento de trabalho

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento de trabalho foi estimado em R\$ 1 774,00 em 2014, valor 0,8% superior à média do rendimento apurado em 2013 (R\$ 1 760,00).

De 2013 para 2014, quase todas as Grandes Regiões apresentaram crescimento do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos: 1,1% na Região Norte (de R\$ 1 409,00 para R\$ 1 424,00); 2,5% na Região Sudeste (de R\$ 1 987,00 para R\$ 2 037,00); e 1,4% na Região Sul (de R\$ 1 928,00 para R\$ 1 955,00). As Regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram redução do rendimento médio mensal real no período. Enquanto na Região Nordeste a diminuição foi de 2,6% (de R\$ 1 210,00 para 1 178,00), na Região Centro-Oeste, esta foi de 2,1% (de R\$ 2 123,00 para R\$ 2 078,00).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Entre as Unidades da Federação, de 2013 para 2014, os maiores acréscimos nos rendimentos de todos os trabalhos foram de 9,3% no Acre (de R\$ 1 388,00 para R\$ 1 516,00), de 5,4% no Ceará (de R\$ 1 056,00 para R\$ 1 113,00) e de 4,6% em Pernambuco (de R\$ 1 199,00 para R\$ 1 254,00). Por outro lado, as maiores reduções do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos foram de 18,6% em Sergipe (de R\$ 1 378,00 para R\$ 1 122,00), de 13,1% no Maranhão (de R\$ 1 195,00 para R\$ 1 038,00) e de 11,7% no Rio Grande do Norte (de R\$ 1 361,00 para R\$ 1 201,00).

As maiores médias do rendimento mensal real de todos os trabalhos em 2014 foram registradas no Distrito Federal (R\$ 3 257,00), em São Paulo (R\$ 2 226,00) e no Rio de Janeiro (R\$ 2 114,00), enquanto no Maranhão (R\$ 1 038,00), no Piauí (R\$ 1 058,00), no Ceará (R\$ 1 113,00) e em Alagoas (R\$ 1 114,00) observaram-se as menores médias.

Distribuição do rendimento de trabalho

Com base nos dados estimados em 2014 no Brasil, as pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, pertencentes à classe dos 10% de menor rendimento mensal de todos os trabalhos receberam 1,4% do total desse rendimento. A média de rendimento para este décimo foi de R\$ 256,00, valor 4,1% maior do que o verificado em 2013. Por outro lado, as pessoas ocupadas pertencentes à classe dos 10% de rendimentos mais elevados concentraram 40,3% do total de rendimento de trabalho; em média R\$ 7 154,00, valor 0,4% menor do que em 2013.

De 2013 para 2014, no Brasil e em todas as Grandes Regiões, os rendimentos médios reais aumentaram em quase todos os décimos da distribuição de rendimentos das pessoas ocupadas. As exceções foram o último décimo tanto para Brasil (-0,4%) quanto para as Grandes Regiões Nordeste (-7,8%), Centro-Oeste (-6,4%), Sul (-1,5%) e Norte (-0,2%), o nono décimo das Regiões Centro-Oeste (-1,5%) e Nordeste (-1,2%) e o primeiro décimo da Região Sudeste (-0,7%). Os maiores aumentos de rendimento médio real no primeiro décimo da distribuição das pessoas ocupadas entre 2013 e 2014 ocorreram nas Regiões Nordeste (11,1%) e Norte (7,9%).

A distribuição percentual do rendimento mensal real de todos os trabalhos manteve-se praticamente estável entre 2013 e 2014. No entanto, pessoas ocupadas na classe mais de 90% a 100%, em ordem crescente de rendimentos, registraram redução de 0,5 ponto percentual na participação do rendimento de trabalho (de 40,8% para 40,3%). As maiores reduções nesta faixa ocorreram nas Regiões Nordeste (de 43,9% para 41,6%), Centro-Oeste (de 42,5% para 40,7%) e Sul (de 37,4% para 36,3%).

Em termos de diferencial do rendimento de todos os trabalhos, em 2014, os 10% da população ocupada com menores rendimentos recebiam 3,6% do valor obtido pelos 10% da população ocupada com rendimentos mais elevados. Em 2013 essa relação era menor, 3,4%.

O Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal real de todos os trabalhos permaneceu numa trajetória decrescente desde 2004. Em 2013, esse indicador foi 0,495, passando para 0,490 em 2014. A Região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição desse rendimento (0,501) e a Sul o menor (0,442). No entanto, em termos de variação no período, foi a Região Nordeste aquela com maior redução do Índice de Gini entre 2013 e 2014 (4,4%), seguida pela Região Centro-Oeste (3,5%), regiões que apresentaram quedas nos rendimentos médios dos décimos superiores da distribuição de rendimento mensal real de todos os trabalhos. A Região Sudeste apresentou pequeno aumento do Índice de Gini no período (0,7%, passando de 0,475 para 0,478), que pode ser explicado pela redução do rendimento médio do décimo inferior da distribuição de rendimento mensal real de todos os trabalhos.

Rendimento de trabalho por sexo

De acordo com a PNAD 2014, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens de 15 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho foi de R\$ 1 987,00 e o das mulheres, R\$ 1 480,00. Em termos proporcionais, as mulheres receberam em média 74,5% do rendimento de trabalho dos homens em 2014. Em 2013, essa proporção era de 73,5%.

O menor diferencial do rendimento médio por sexo foi verificado em Roraima, onde as mulheres receberam 88,8% do rendimento de trabalho dos homens, ao passo que o maior diferencial foi verificado em Mato Grosso do Sul, onde as mulheres receberam 65,1% do rendimento de trabalho dos homens.

Outra forma de observar o diferencial do rendimento por sexo é por meio da análise da proporção de pessoas que receberam até 1 salário mínimo. De acordo com este indicador, 21,5% dos homens ocupados receberam até 1 salário mínimo em 2014, enquanto para mulheres o percentual foi de 30,6%. Além disso, havia proporcionalmente mais mulheres ocupadas sem rendimento ou recebendo somente em benefícios (9,8%) do que homens (5,0%).

Em termos absolutos, os maiores rendimentos médios de todos os trabalhos para ambos os sexos foram estimados no Distrito Federal (R\$ 3 528,00 para homens e R\$ 2 927,00 para mulheres).

Em termos relativos, de 2013 para 2014, o maior crescimento do rendimento médio de todos os trabalhos para homens foi de 11,0%, no Acre (de R\$ 1 440,00 para R\$ 1 599,00), e de 8,8% para mulheres no Espírito Santo (de R\$ 1 311,00 para R\$ 1 426,00).

No que diz respeito à distribuição do rendimento médio mensal de todos os trabalhos por sexo no Brasil, o Índice de Gini indicou que essa distribuição foi mais desigual entre os homens (0,491) do que entre as mulheres (0,474). Os maiores níveis de concentração da renda entre homens ocupados foram observados no Piauí (0,542) e no Distrito Federal (0,541), e os menores níveis, em Santa Catarina (0,416) e no Amapá (0,417). Entre as mulheres ocupadas, o maior nível de desigualdade no rendimento foi encontrado no Distrito Federal (0,547), e o menor nível, em Santa Catarina (0,388).

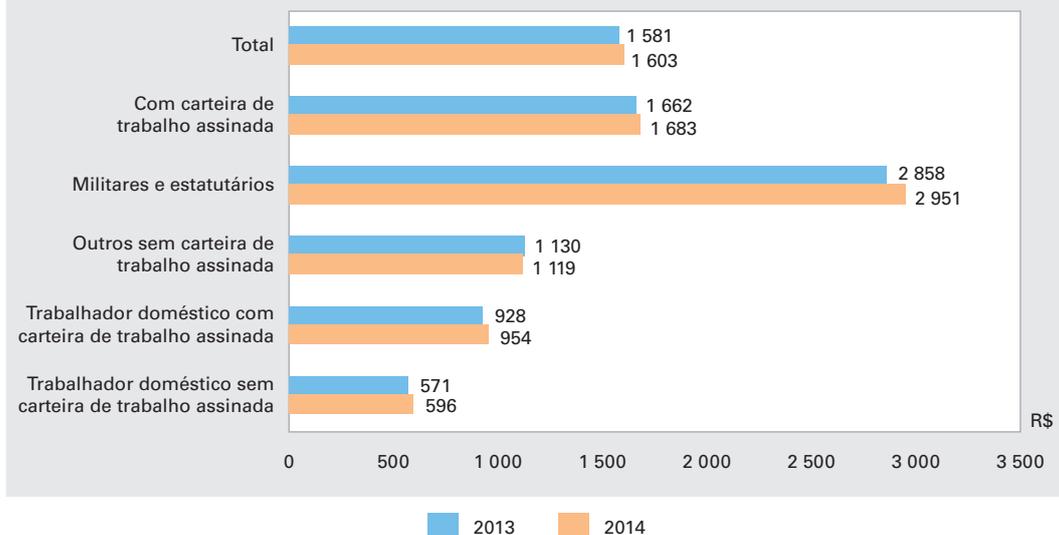
Rendimento por categoria do emprego no trabalho principal

Quase todas as categorias do emprego registraram acréscimo no rendimento médio mensal real do trabalho principal de 2013 para 2014, sendo a exceção os outros empregados sem carteira de trabalho assinada, onde a redução ocorrida foi de 1,0%. No Brasil, empregados e trabalhadores domésticos receberam em média R\$ 1 603,00 em 2014, cerca de 1,4% a mais do que a média do ano anterior (R\$ 1 581,00).

Os trabalhadores com carteira assinada obtiveram valorização dos rendimentos de 1,3% (de R\$ 1 662,00 para R\$ 1 683,00), enquanto os militares e estatutários apresentaram acréscimos de 3,3% (de R\$ 2 858,00 para R\$ 2 951,00). Os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada mostraram crescimento nos rendimentos de 2,8% (de R\$ 928,00 para R\$ 954,00), e os sem carteira de trabalho assinada de 4,4% (de R\$ 571,00 para R\$ 596,00).

O rendimento médio mensal real do trabalho principal recebido pelo trabalhador por conta própria aumentou 1,2% entre 2013 e 2014, passando de R\$ 1 468,00 para R\$ 1 485,00. Este rendimento variou entre R\$ 828,00 na Região Nordeste e R\$ 1 906,00 na Região Centro-Oeste em 2014.

Gráfico 33 - Rendimento médio mensal real do trabalho principal dos empregados e dos trabalhadores domésticos, de 15 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, segundo a categoria do emprego no trabalho principal Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Por Grandes Regiões, em 2014, os maiores rendimentos médios no trabalho principal para o total de empregados e trabalhadores domésticos (R\$ 1 849,00), para militares e estatutários (R\$ 4 183,00), para os outros empregados sem carteira assinada (R\$ 1 425,00) e para os trabalhadores domésticos com carteira (R\$ 961,00) foram observados na Região Centro-Oeste. Para os empregados com carteira de trabalho, a Região Sudeste foi o destaque (R\$ 1 862,00), enquanto para os trabalhadores domésticos sem carteira, o maior rendimento médio ocorreu na Região Sul (R\$ 720,00). Para todas as categorias de emprego, os menores rendimento médios foram registrados na Região Nordeste (com média de R\$ 1 136,00 para o total de empregados inclusive trabalhadores domésticos).

Rendimento de todas as fontes

Em 2014 o rendimento médio mensal real de todas as fontes (das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento) foi de R\$ 1 679,00. Em 2013, havia sido estimado em R\$ 1 670,00.

Nas Regiões Sudeste e Sul houve aumento do rendimento médio mensal real de todas as fontes da ordem de 1,5% entre 2013 e 2014, enquanto na Região Norte o aumento foi de 0,7%. Por outro lado, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste o rendimento médio de todas as fontes se reduziu em 1,8% e 1,0%, respectivamente.

No Brasil, de 2013 para 2014, houve crescimento do rendimento médio recebido em quase todos os décimos da distribuição de pessoas segundo o rendimento de todas as fontes. A exceção foi o último décimo da distribuição, no qual houve redução de 0,3% no período (de R\$ 6 891,00 para R\$ 6 868,00). Os 5% da população com maiores rendimentos tiveram queda de 1,3% em seu rendimento médio, enquanto o 1% da população da cauda superior da distribuição teve seu rendimento de todas as fontes diminuído em 3,2% entre 2013 e 2014. Neste ponto da distribuição, o rendimento médio de todas as fontes era de R\$ 19 592,00 em 2014.

Já a distribuição percentual do rendimento de todas as fontes se revelou relativamente constante em quase todos os décimos. As pessoas na classe de percentual mais de 90% a 100%, em ordem crescente de rendimento de todas as fontes, tiveram redução de 0,4 ponto percentual na participação desse rendimento em 2014 em relação a 2013 (de 41,3% para 40,9%).

O Índice de Gini da distribuição do rendimento de todas as fontes também apontou para uma redução da concentração na distribuição de renda do Brasil, com valores decrescentes desde 2004, chegando a 0,497 em 2014. Como no caso do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, o Índice de Gini da distribuição para o rendimento de todas as fontes em 2014 foi menor na Região Sul (0,453). A Região, no entanto, que apontou a maior desigualdade na distribuição desse rendimento foi a Centro-Oeste (0,507).

Em termos de variação no período 2013-2014, as Regiões com maior redução da desigualdade foram Nordeste (-3,7%, passando de 0,509 para 0,490) e Centro-Oeste (-2,2%, de 0,519 para 0,507). A única Grande Região onde não houve redução da desigualdade no período foi a Sudeste (0,3%, de 0,483 para 0,485).

Rendimento domiciliar

Em 2014, a média de rendimento dos domicílios particulares permanentes foi de R\$ 3 133,00, 0,2% a mais do que o valor apurado em 2013 (R\$ 3 126,00). As menores médias do rendimento mensal real domiciliar foram encontradas nas Regiões Norte (R\$ 2 450,00) e Nordeste (R\$ 2 091,00). As Regiões Sudeste (R\$ 3 625,00), Sul (R\$ 3 576,00) e Centro-Oeste (R\$ 3 746,00) registraram rendimentos médios reais domiciliares acima da média nacional.

No Brasil, de 2013 para 2014, houve crescimento do rendimento médio recebido em quase todos os décimos da distribuição de domicílios segundo o rendimento domiciliar, com exceção do último décimo onde houve queda de 0,8%. Já a distribuição do rendimento mensal real dos domicílios segundo as classes de percentual de domicílios permaneceu praticamente constante em todos os décimos em 2014, exceto entre os 10% dos domicílios de rendimento mais elevado, que tiveram participação no rendimento total de todas as fontes 0,4 pontos percentuais inferiores ao verificado em 2013 (de 39,1% para 38,7%).

O Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal domiciliar para domicílios particulares permanentes do Brasil permaneceu em sua trajetória decrescente desde 2004 e passou de 0,497 em 2013, para 0,494 em 2014. Este cenário aponta para uma desconcentração na distribuição de renda entre os domicílios no País. Apenas a Região Sudeste não compartilhou deste movimento de queda do índice de 2013 para 2014 (aumento de 0,478 para 0,482). As maiores reduções do Índice de Gini ocorreram nas Regiões Nordeste (-2,9%) e Centro-Oeste (-2,0%), que são as Grandes Regiões com maiores níveis de desigualdade, 0,491 e 0,500, respectivamente.

Rendimento domiciliar *per capita*

Em 2014, 41,5% dos domicílios particulares brasileiros que declararam ter algum tipo de rendimento contavam com até 1 salário mínimo por morador no domicílio. Dos 67,1 milhões de domicílios que declararam possuir rendimentos, 27,9 milhões receberam menos de um salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*; 21,7 milhões (ou 32,4%) foram enquadrados nas faixas de rendimento domiciliar *per capita* de 1 a menos de 2 salários mínimos; e 14,6 milhões (ou 21,7%) informaram rendimento domiciliar *per capita* de 2 salários mínimos ou mais.

De 2013 para 2014, o crescimento do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* no Brasil foi de 2,4% (de R\$ 1 217,00 para R\$ 1 246,00). As taxas de crescimento do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nas Grandes Regiões foram: 2,5% na Norte (de R\$ 842,00 para R\$ 863,00); 0,5% na Nordeste (de R\$ 780,00 para R\$ 784,00); 3,0% na Sudeste (de R\$ 1 434,00 para R\$ 1 477,00); 2,5% na Sul (de R\$ 1 425,00 para R\$ 1 460,00); e 2,1% (de R\$ 1 456,00 para R\$ 1 486,00) na Centro-Oeste.

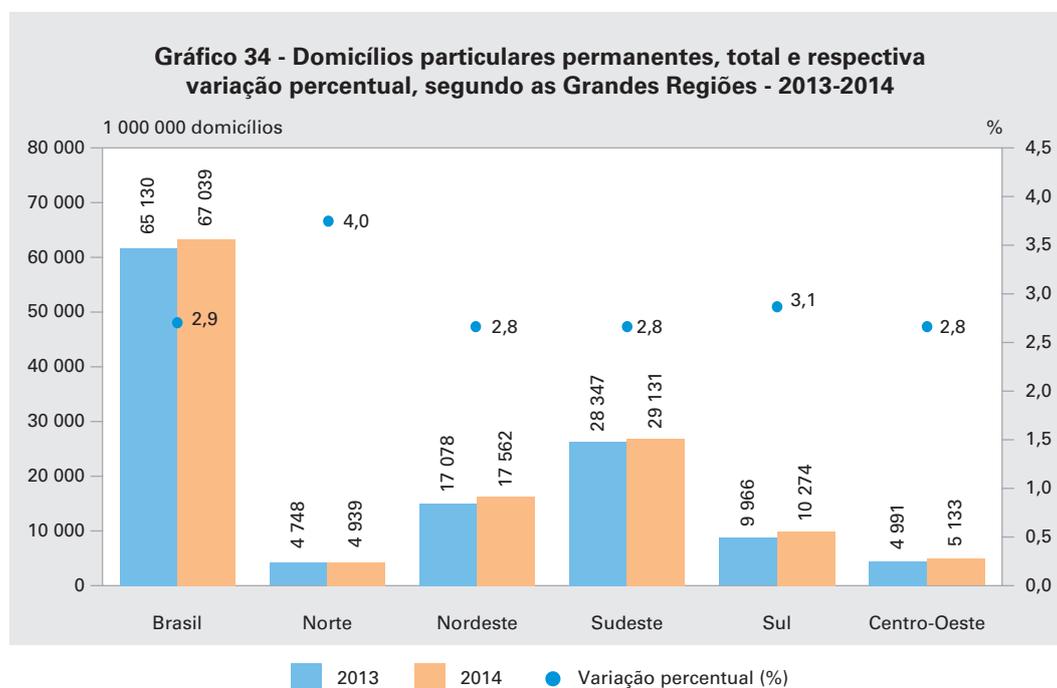
O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* recebido pelos décimos de domicílios agrupados em ordem crescente desse rendimento aumentou de 2013 para 2014 em todos os décimos. Enquanto os domicílios pertencentes ao primeiro décimo de renda domiciliar *per capita* tiveram aumento real do rendimento médio de 6,2% entre 2013 e 2014 (de R\$ 146,00 para R\$ 155,00), os domicílios pertencentes ao último

décimo tiveram aumento menor, de 2,1% (de R\$ 5 076,00 para R\$ 5 183,00). Com isso, a razão entre o último e o primeiro décimos da distribuição de rendimento domiciliar *per capita* se reduziu de 34,8 para 33,4 entre 2013 e 2014, denotando uma redução da desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

Condições de habitação

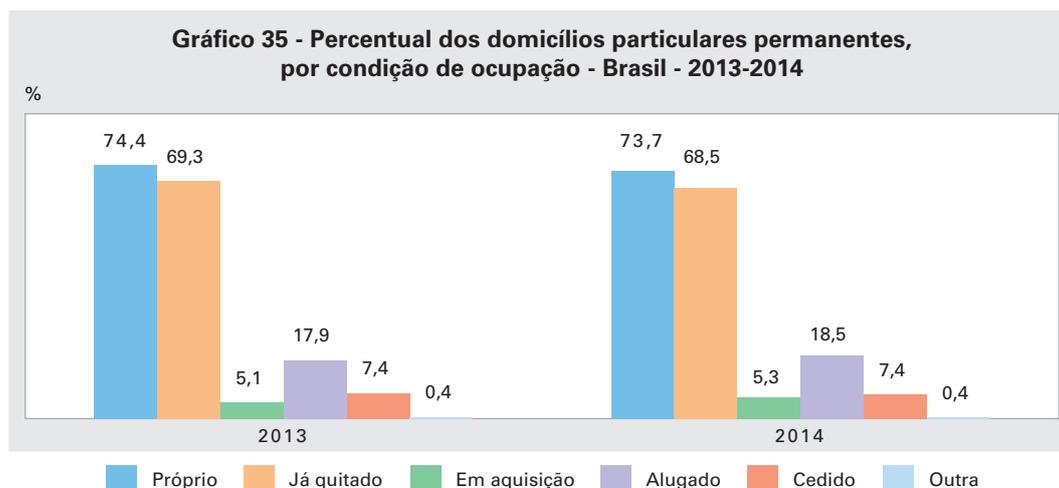
Foram estimados 67 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil em 2014. Este contingente representa um aumento de 1,9 milhão de domicílios em relação ao ano anterior, ou um crescimento de 2,9%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

A Região Norte e a Região Sul apresentaram os maiores aumentos relativos no número de domicílios, 4,0% e 3,1%, respectivamente. As demais Regiões apresentaram crescimento de 2,8%. Em termos absolutos, as Regiões Sudeste e Nordeste registraram os maiores crescimentos, 784 mil e 485 mil unidades domiciliares, respectivamente.

Do total de domicílios, em 2014, 73,7% eram próprios. Destes, 68,5% já estavam quitados e 5,3% em aquisição. Os domicílios alugados eram 18,5% e 7,4%, cedidos. Outra forma de posse representava 0,4%. Em relação a 2013, houve uma queda de 0,6 ponto percentual no número de domicílios próprios e um aumento de 0,6 ponto percentual no número de domicílios alugados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Rede geral de abastecimento de água

Em 2014, foi registrado um aumento de 1,9 milhão de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água em relação a 2013 - aumento de 3,4%. Totalizou-se 57,2 milhões de domicílios, ou 85,4% do total de domicílios do País, que eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água.

A Região Norte (60,3%) registrou o maior aumento na proporção de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água, 2,1 pontos percentuais. As Regiões Nordeste (79,9%), Sudeste (92,1%) e Centro-Oeste (85,2%) tiveram aumentos de 0,7, 0,2 e 0,6 ponto percentual, respectivamente. A Região Sul passou de uma proporção de 88,0% em 2013 para 87,9% em 2014.

Rede coletora de esgoto

A proporção de domicílios que dispunham de serviços de rede coletora de esgoto passou de 63,4% em 2013 para 63,5% em 2014. Um incremento de 1,2 milhão de domicílios que passaram a possuir este serviço, totalizando 42,6 milhões de domicílios atendidos.

As regiões que tiveram os maiores aumentos na proporção de domicílios ligados à rede coletora de esgoto foram a Região Norte com aumento de 1,9 ponto percentual e a Região Sul, com 1,3 ponto percentual. A Região Centro-Oeste teve queda, de 1,6 ponto percentual.

As Regiões Norte (21,2%), Nordeste (41,1%), Centro-Oeste (46,5%) e Sul (61,9%), permaneceram com percentuais de domicílios com acesso a este serviço inferior à média nacional; enquanto a Região Sudeste continuou sendo a que possuía a maior cobertura desse serviço, com 87,7% dos domicílios atendidos.

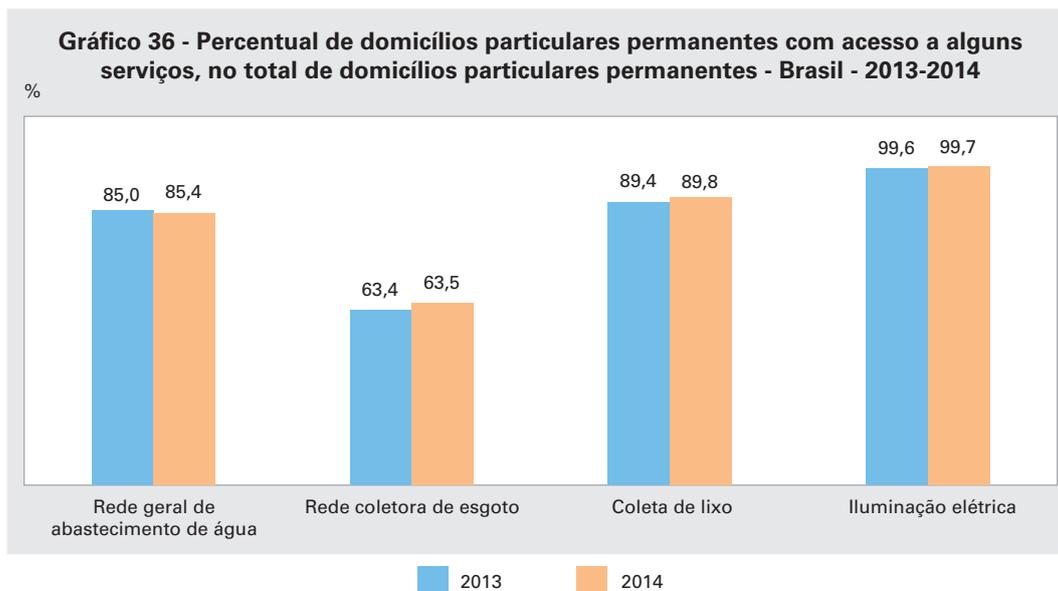
Coleta de lixo

Em 2014, o número de domicílios atendidos por coleta de lixo foi de 60,2 milhões. Um aumento de 3,4% em relação a 2013. Alcançando 89,8% do total de domicílios, frente a 89,4%, em 2013.

A Região Nordeste apresentou o maior aumento na proporção de domicílios com coleta de lixo em relação ao ano anterior, de 0,8 ponto percentual. A Região Sudeste registrou a maior proporção de domicílios com lixo coletado, 96,2%. E a Região Nordeste a menor proporção, 79,0%, seguida de perto pela Região Norte, com 79,1%.

Iluminação elétrica

O número de domicílios atendidos pelo serviço de iluminação elétrica cresceu 3,0% de 2013 para 2014. Atingindo o contingente de 66,8 milhões de domicílios, ou 99,7% do total de domicílios do País. Em 2014, a Região Norte possuía a menor proporção de unidades domiciliares com serviço de iluminação elétrica (98,0%) e foi a Região que obteve o maior crescimento relativo ante 2013, 4,4%. Nas demais Regiões, os percentuais de atendimento foram superiores a 99%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Telefone (fixo e/ou móvel celular)

A proporção de domicílios com algum tipo de telefone, em 2014, foi de 93,5%, representando um total de 62,7 milhões de unidades domiciliares. O número de domicílios que possuíam apenas telefone móvel celular foi de 37,8 milhões, ou 56,3% do total de domicílios. Em relação a 2013, a proporção de domicílios que possuíam algum tipo de telefone cresceu 0,9 ponto percentual, enquanto que a proporção de domicílios que possuíam apenas telefone móvel celular cresceu 2,3 pontos percentuais.

As Regiões Norte (73,2%) e Nordeste (71,8%) foram as que registraram as maiores proporções de domicílios que possuíam apenas telefone móvel celular; entretanto, tinham os menores percentuais de posse de algum tipo de telefone, 87,1% e 88,4%, respectivamente. As demais Regiões apresentaram posse de telefone acima de 96%.

Posse de bens duráveis

Em 2014, a proporção de domicílios que possuíam fogão, geladeira e televisão foi de 98,8%, 97,6% e 97,1%, respectivamente. Em termos absolutos, registrou-se um crescimento de 3,0% no número de domicílios com fogão, 3,3% com geladeira e 2,9% com televisão, em relação ao ano anterior.

O número de domicílios com posse de máquina de lavar roupa foi o que apresentou o maior crescimento de 2013 para 2014, 5,1%, alcançando a proporção de 58,7% - um aumento de 1,2 ponto percentual. A posse de microcomputador atingiu 32,5 milhões de domicílios, sendo 28,2 milhões com acesso à Internet, um crescimento

de 2,2% em relação ao ano anterior. A proporção de domicílios com microcomputador (48,5%) e com microcomputador com acesso à Internet (42,1%) teve queda de 0,3 ponto percentual em ambos os casos, na comparação com 2013.

As Regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo da proporção média do Brasil em posse de máquina de lavar, com 35,4% e 29,6%, respectivamente. Em posse de microcomputador, 30,1% e 32,8% e posse de microcomputador com acesso à Internet, 22,5% e 27,7%, respectivamente.

Foi observada uma redução no número de domicílios com posse de *freezer*, de rádio e DVD, com quedas de 0,5%, 2,0% e 2,9%, respectivamente. A proporção de domicílios com posse de *freezer* foi de 17% para 16,5%; com posse de rádio passou de 75,7% para 72,1%; e com posse de DVD, de 72,1% para 68,0%.

Carro ou motocicleta para uso pessoal

Em 2014, havia 30,4 milhões de domicílios onde ao menos um morador possuía carro para uso pessoal, o que representava uma proporção de 45,3% do total de domicílios. Houve um crescimento no número absoluto de 6,7% em relação ao ano anterior e um aumento de 1,6 ponto percentual na proporção de domicílios. As Regiões Norte e Nordeste foram as que tiveram os maiores aumentos, 9,6% e 9,7%, respectivamente.

O número de domicílios onde havia moradores com posse de motocicleta foi de 14,2 milhões. Um crescimento de 6,4% ante 2013, atingindo a proporção de 21,2% dos domicílios. As Regiões Norte e Nordeste, novamente, obtiveram os maiores crescimentos, 10,4% e 9,9%, respectivamente.

A Tabela 4, a seguir, apresenta algumas características dos domicílios particulares permanentes no Brasil, nos anos de 2013 e 2014, total e distribuição percentual.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes, segundo algumas características - Brasil - 2013-2014

Características	Domicílios particulares permanentes			
	2013		2014	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Iluminação elétrica	64 849	99,6	66 804	99,7
Telefone	60 267	92,5	62 652	93,5
Somente móvel celular	35 154	54,0	37 755	56,3
Somente fixo convencional	1 781	2,7	1 592	2,4
Celular e fixo convencional	23 332	35,8	23 305	34,8
Fogão	64 323	98,8	66 240	98,8
Filtro de água	34 632	53,2	34 838	52,0
Geladeira	63 315	97,2	65 401	97,6
<i>Freezer</i>	11 103	17,0	11 047	16,5
Máquina de lavar roupa	37 421	57,5	39 339	58,7
Rádio	49 311	75,7	48 321	72,1
Televisão	63 281	97,2	65 122	97,1
<i>DVD</i>	46 935	72,1	45 570	68,0
Microcomputador	31 834	48,9	32 539	48,5
Microcomputador com acesso à Internet	27 623	42,4	28 218	42,1
Carro	28 453	43,7	30 365	45,3
Motocicleta	13 377	20,5	14 236	21,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

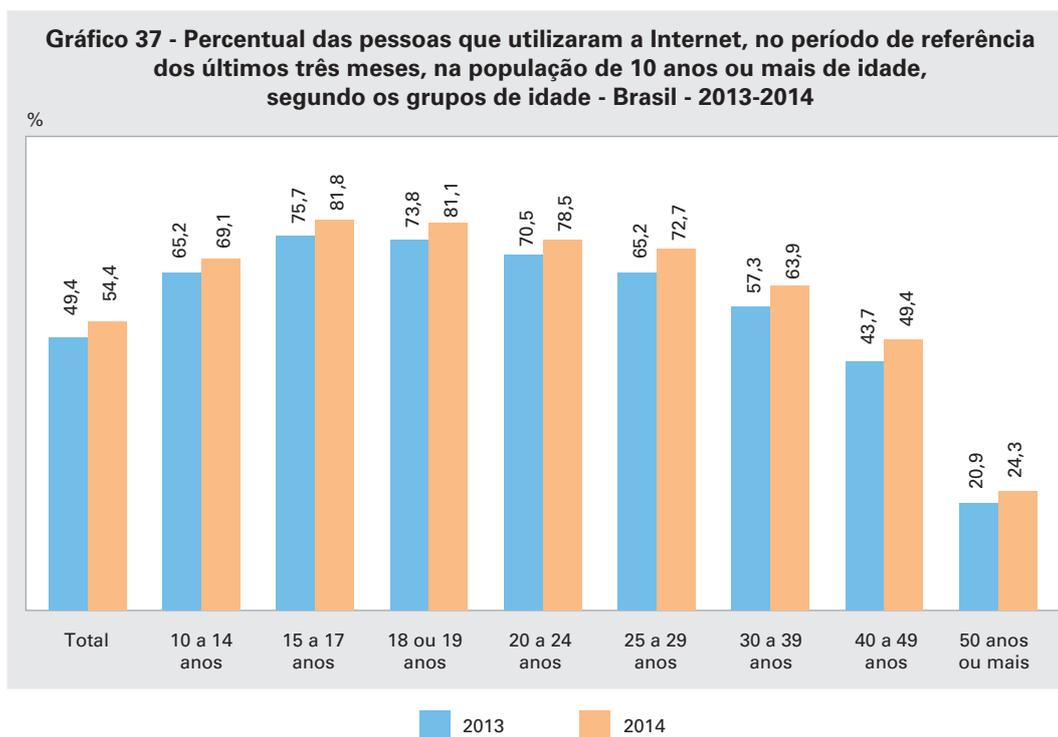
Tecnologia

Acesso à Internet

No Brasil, aproximadamente 95,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet no período de referência da pesquisa em 2014. Foi um crescimento de 11,4% (ou 9,8 milhões) de usuários em relação ao ano de 2013. Em todas as Grandes Regiões houve crescimento do contingente de internautas de 2013 para 2014: 19,3% na Norte, 14,6% na Nordeste, 9,5% na Sudeste, 10,0% na Sul e 12,0% na Centro-Oeste.

De 2013 para 2014, a proporção de internautas passou de 49,4% para 54,4% do total da população residente. Em 2014, as Regiões Sudeste (61,8%), Sul (58,2%) e Centro-Oeste (60,0%) registraram proporções acima da média nacional (54,4%), enquanto as Regiões Norte (45,2%) e Nordeste (42,1%) registraram os menores níveis.

Por grupos de idade, pessoas de 15 a 17 anos de idade e de 18 ou 19 anos de idade apresentaram as maiores proporções de usuários de Internet, no Brasil, em 2014 (81,8% e 81,1%, respectivamente). Por Grandes Regiões, esses grupos de idade também foram destaques: Norte (67,5% e 70,2%), Nordeste (71,8% e 71,2%), Sudeste (90,6% e 88,4%), Sul (87,4% e 87,0%) e Centro-Oeste (87,2% e 86,6%). Os grupos etários de 40 a 49 anos de idade e de 50 anos ou mais de idade registraram proporções de usuários de Internet inferiores à média nacional (49,4% e 24,3%, respectivamente). Mais da metade dos internautas tinham de 10 a 29 anos de idade (51,5%). As mulheres eram 52,2% do total.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2014, 136,6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal. Um incremento de 6,4 milhões de pessoas frente ao

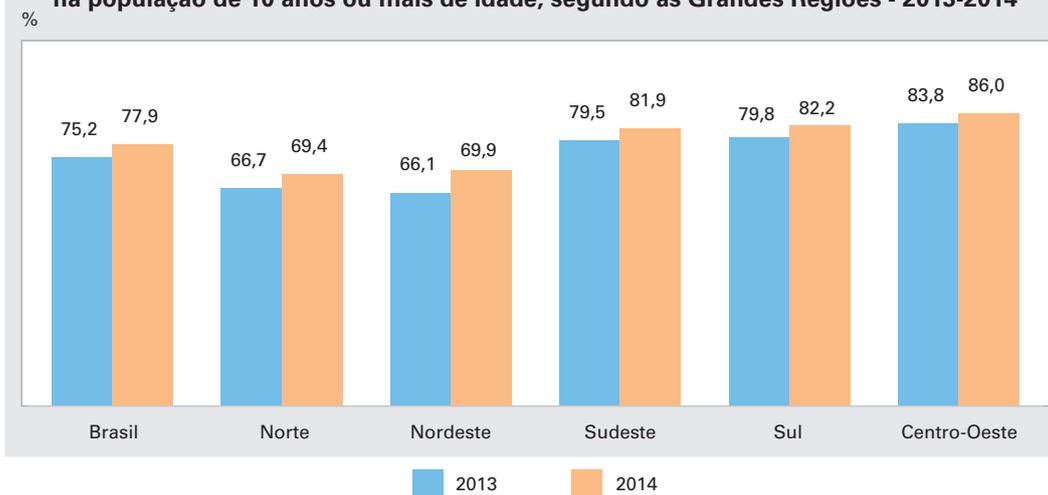
ano anterior, o que representou um crescimento de 4,9%. A proporção destas pessoas, que em 2013 era de 75,2%, passou a 77,9% do total.

Todas as Grandes Regiões apresentaram crescimento no número de pessoas que possuíam telefone móvel celular de 2013 para 2014. A Região Sudeste apresentou o maior crescimento em número absoluto (2,4 milhões de pessoas). Em termos relativos, a Região Nordeste obteve o maior crescimento (7,0%), seguida da Região Norte (5,9%). As demais Regiões: 4,1% na Sudeste, 4,1% na Sul, e 4,0% na Centro-Oeste.

Enquanto que, em 2013, o grupo de idade com maior proporção de pessoas com posse de telefone móvel celular era o de 25 a 29 anos de idade (87,3%), em 2014, o grupo de idade com maior proporção foi o de 20 a 24 anos de idade (89,4%), seguido do grupo de 25 a 29 anos de idade (89,2%) e 30 a 39 anos de idade (88,4%). As mulheres apresentaram maior proporção que os homens (78,6% para elas e 77,3% para eles).

As Regiões Sudeste (81,9%), Sul (82,2%) e Centro-Oeste (86,0%) apresentaram proporções de pessoas com posse de telefone móvel celular acima da média na nacional. Nas Regiões Norte e Nordeste, essa proporção ficou em 69,4% e 69,9%, respectivamente.

Gráfico 38 - Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013-2014



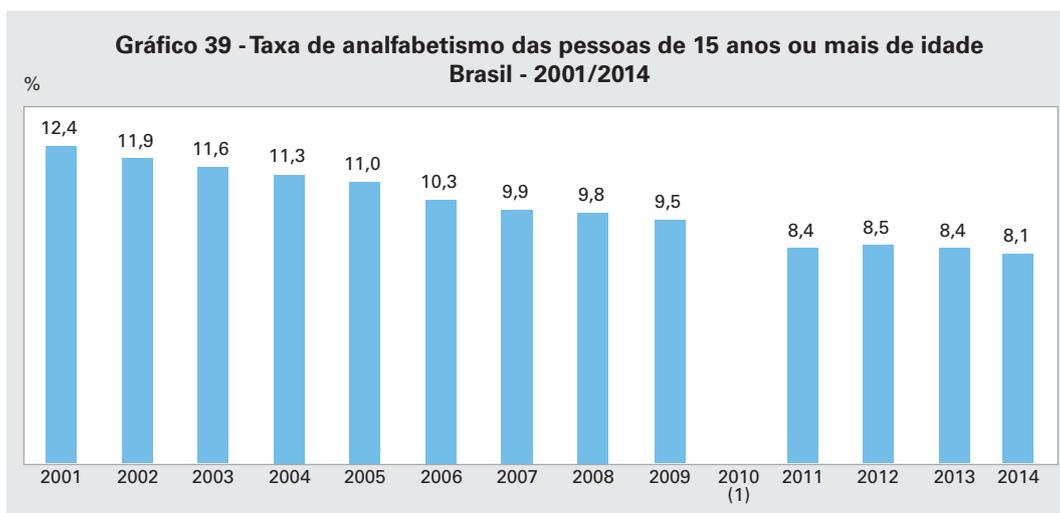
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Indicadores do período de 2001 a 2014

Os comentários, a seguir, têm como propósito efetuar uma comparação histórica, considerando o período de 2001 a 2014. Os resultados foram harmonizados com a cobertura geográfica da PNAD existente até 2003, quando a pesquisa abrangia todo o País, exceto as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, desta forma, dependendo do tema, o indicador pode apresentar diferenças significativas.

Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade vem diminuindo ao longo dos últimos anos no Brasil. Comparando-se 2001 e 2014, observou-se uma redução de 4,3 pontos percentuais nesse indicador, o que corresponde a uma redução de 2,5 milhões de analfabetos.

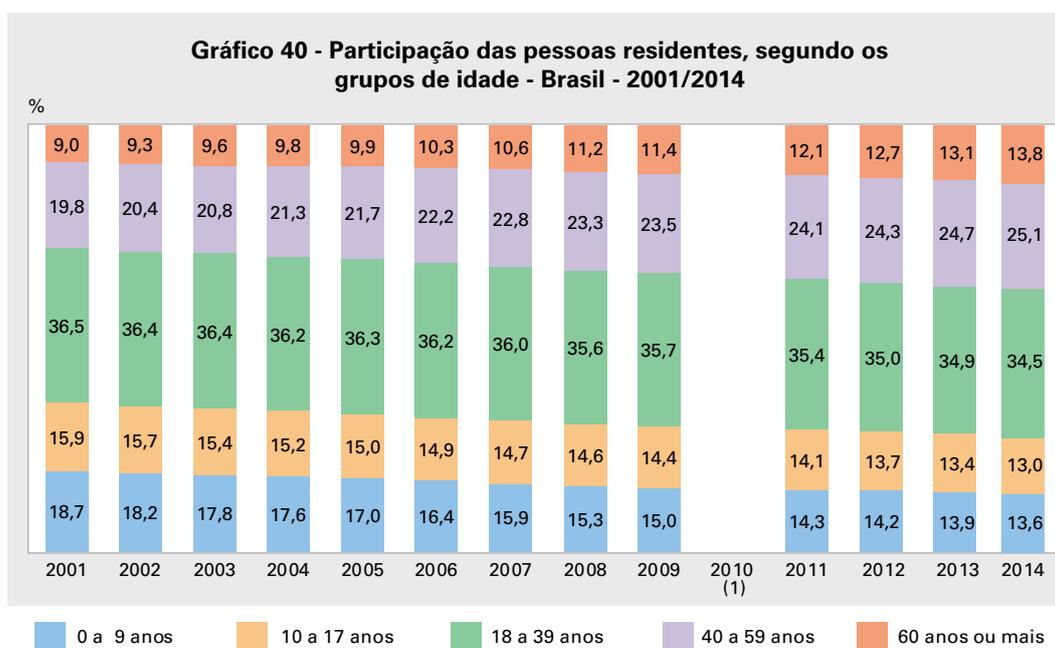


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Estrutura etária

Segundo os dados da PNAD, houve uma diminuição da proporção de pessoas de 0 a 9 anos de idade no total de pessoas residentes, passando de 18,7% em 2001 para 13,6% em 2014. Reduziu-se também, porém em menor medida, a proporção de pessoas de 10 a 17 anos de idade no período: de 15,9% para 13,0%. Por outro lado, aumentou a participação das pessoas com idade acima de 40 anos. Enquanto a proporção de pessoas de 40 a 59 anos no total de residentes aumentou de 19,8% para 25,1%, a participação das pessoas de 60 anos ou mais de idade se elevou de 9,0% para 13,8% entre 2001 e 2014.

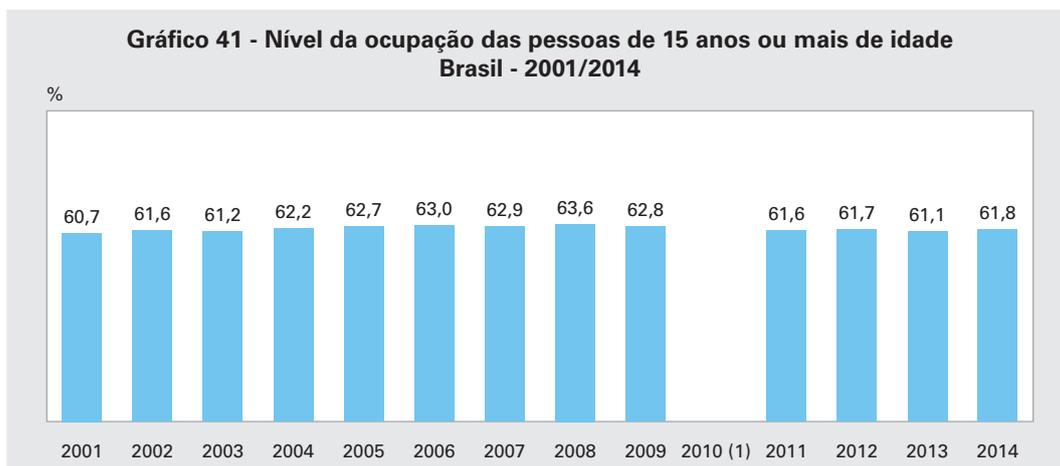


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Nível da ocupação

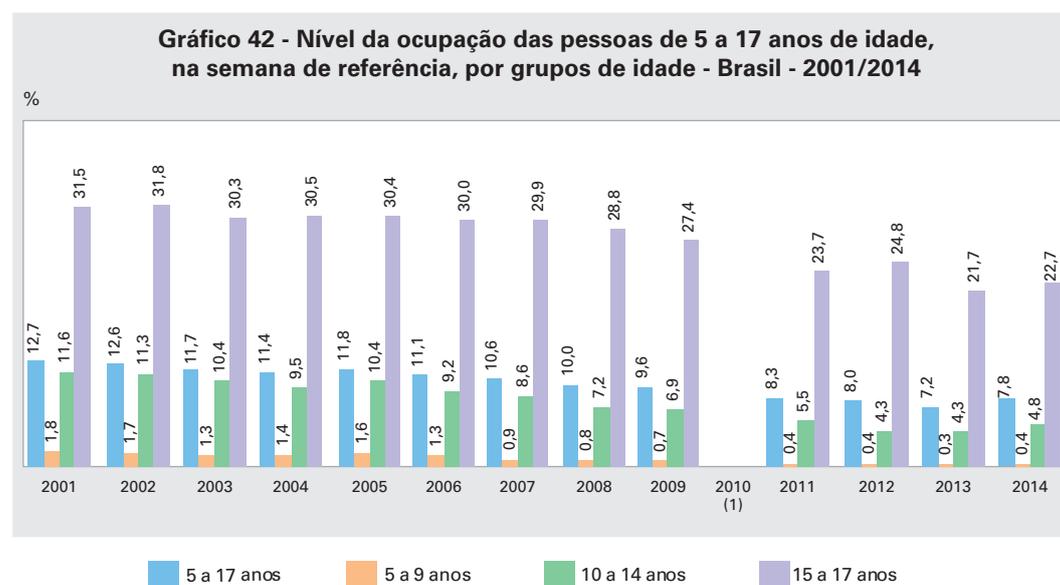
O comportamento do nível de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade não apresentou uma trajetória muito uniforme de 2001 a 2014, passando por alguns períodos de aumento continuado (2003 a 2006) e por outros de redução contínua (2008 a 2011). Este indicador variou entre 60,7% em 2001 e 63,6% em 2008, quando atingiu seu valor máximo, caindo para 61,8% em 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

O nível de ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade no Brasil foi de 7,8% em 2014. Nos grupos etários de 5 a 9 anos, de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, esses indicadores foram de 0,4%, 4,8% e 22,7%, respectivamente. De 2001 para 2014, o nível da ocupação reduziu para todas essas pessoas, sendo que as quedas mais acentuadas foram observadas entre aquelas de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, 6,8 e 8,8 pontos percentuais, nessa ordem.



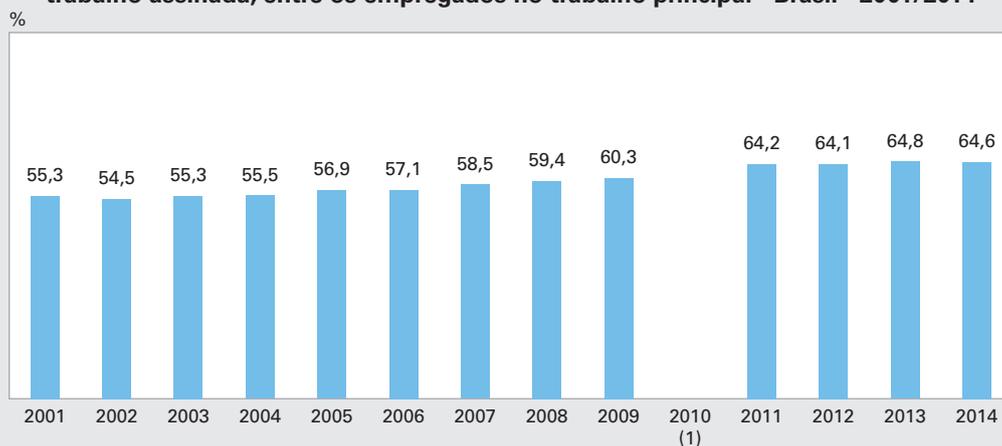
Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Carteira de trabalho assinada

Em 2001, 55,3% do total de empregados (exclusive trabalhadores domésticos) possuíam carteira de trabalho assinada. Em 2002, essa proporção atingiu o menor patamar, 54,5%. A partir de 2003, houve crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, alcançando 64,6% em 2014, expansão de 9,3 pontos percentuais frente a 2001.

Gráfico 43 - Percentual de empregados de 15 anos ou mais de idade, com carteira de trabalho assinada, entre os empregados no trabalho principal - Brasil - 2001/2014



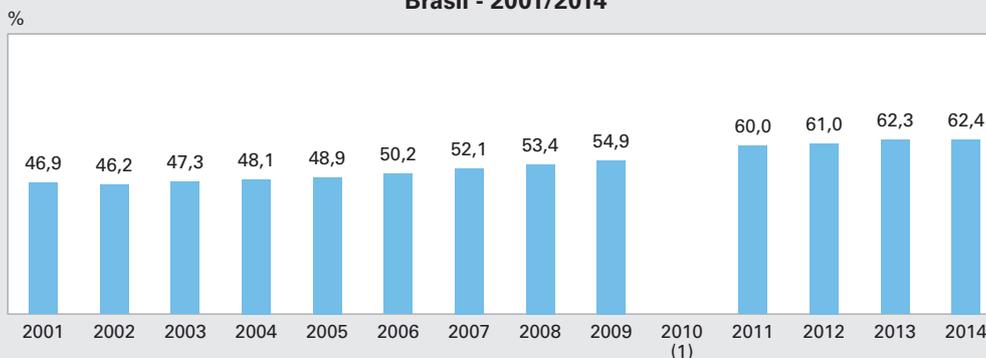
Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Contribuição previdenciária

A partir de 2003, houve aumento do percentual de pessoas ocupadas contribuintes de instituto de previdência em todos os anos. Essa proporção alcançou 62,4% em 2014, o que, frente à estimativa de 2001 (46,9%), representou um crescimento de 15,5 pontos percentuais. Essa expansão estava relacionada ao crescimento, no mesmo período, do emprego com carteira de trabalho assinada.

Gráfico 44 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência, em qualquer trabalho, na população de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência Brasil - 2001/2014



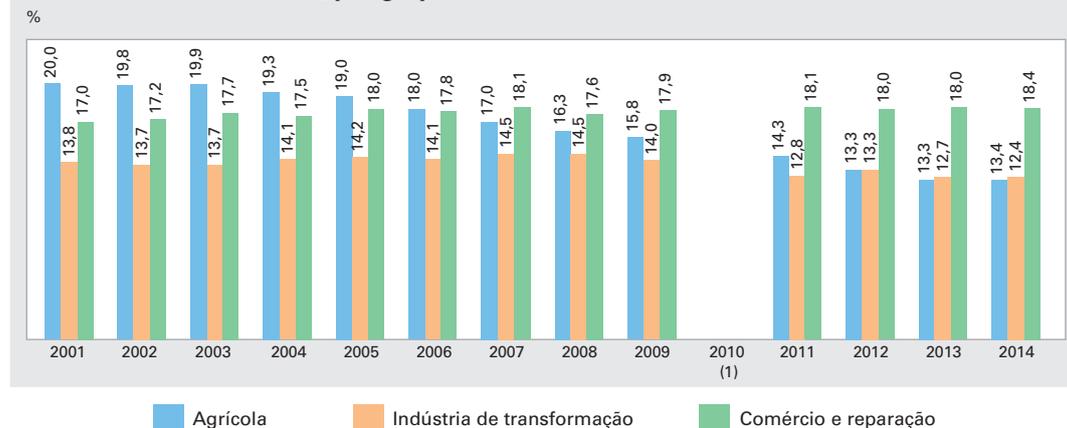
Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Grupamentos de atividade

A distribuição da população ocupada, por grupamento de atividade, segundo as estimativas da PNAD, mostrou que houve redução da participação de pessoas ocupadas na atividade agrícola desde 2001 – de 20,0% para 13,4% em 2014, com queda mais acentuada a partir de 2005. A participação de pessoas ocupadas na indústria de transformação passou de 13,8% (em 2001) para 12,4% (em 2014). A atividade de comércio e reparação registrou alta de 1,4 ponto percentual na proporção de pessoas ocupadas durante todo o período – de 17,0% em 2001 para 18,4% em 2014.

Gráfico 45 - Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividades - Brasil - 2001/2014



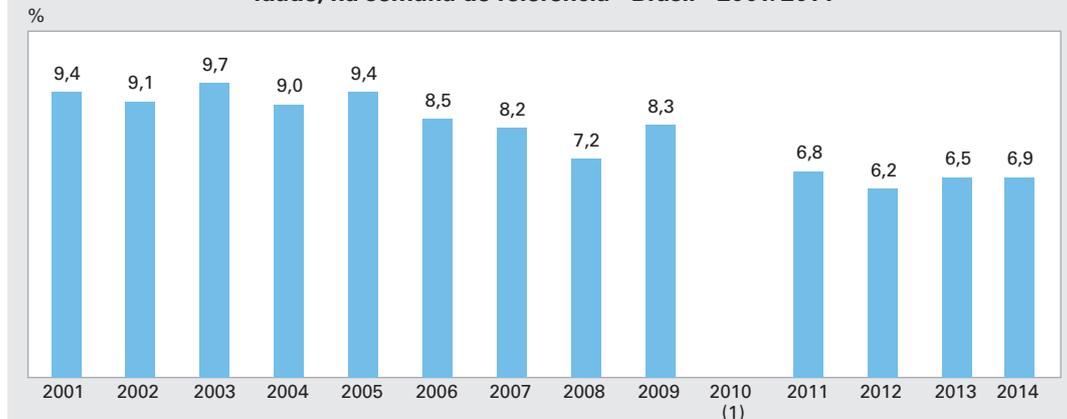
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Taxa de desocupação

De 2001 a 2014, a taxa de desocupação apresentou tendência de queda, com poucos momentos de alta – como nos anos de 2003, 2005, 2009, 2013 e 2014. Esse indicador atingiu seu nível mais baixo em 2012 (6,2%), com alta de 0,7 até 2014, porém, em patamar abaixo dos anos 2001 a 2009. A taxa mais elevada da série foi observada em 2003 (9,7%).

Gráfico 46 - Taxa de desocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência - Brasil - 2001/2014



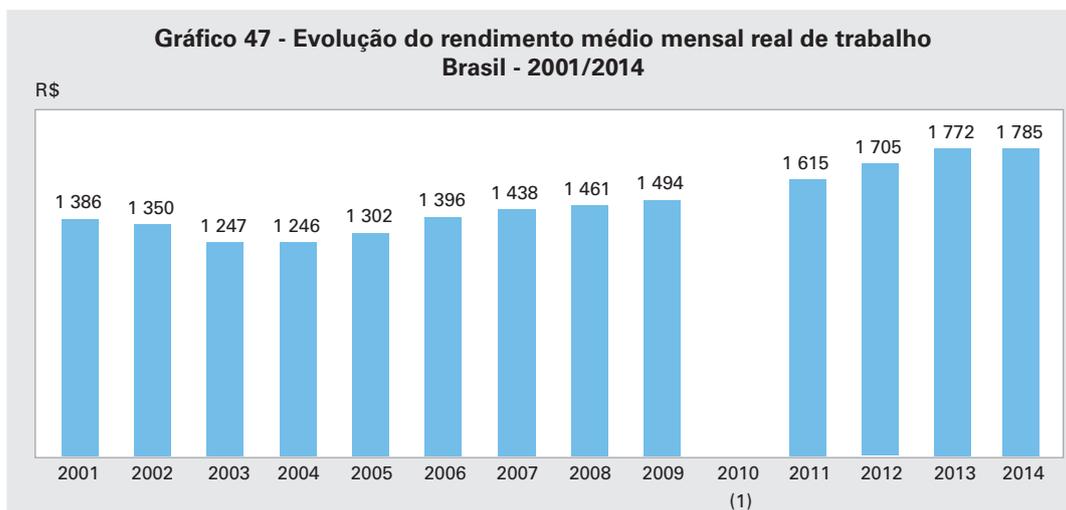
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Rendimento de trabalho

A evolução do rendimento médio mensal real de trabalho durante o período de 2001 a 2014 apresentou momentos distintos: de 2001 a 2004, perda média anual, e de 2005 a 2014, ganhos reais anuais.

De 2001 a 2004, o rendimento de trabalho registrou quedas de 2,6% (de 2001 para 2002), 7,6% (de 2002 para 2003) e 0,1% (de 2003 para 2004). Em 2005 e 2006, o rendimento de trabalho registrou aumentos reais de 4,5% (de 2004 para 2005) e 7,2% (de 2005 para 2006). De 2006 para 2007, houve desaceleração no crescimento do rendimento de trabalho, com aumento de 3,0%. Em 2008 e 2009, os crescimentos do rendimento do trabalho foram ainda menores, de 1,6% (de 2007 para 2008) e de 2,3% (de 2008 para 2009). De 2009 para 2011, ocorreu ganho do rendimento de trabalho no período, de 8,1%, porém são dois anos de intervalo. De 2011 para 2012, a variação percentual do rendimento do trabalho foi 5,6%. Em 2013, o crescimento foi de 3,9% frente a 2012, enquanto em 2014 o crescimento foi de apenas 0,7% relativamente a 2013 (de R\$ 1 772,00 para R\$ 1 785,00). Comparando com 2001 (R\$ 1 386,00), o crescimento foi de 28,8% em 2014.

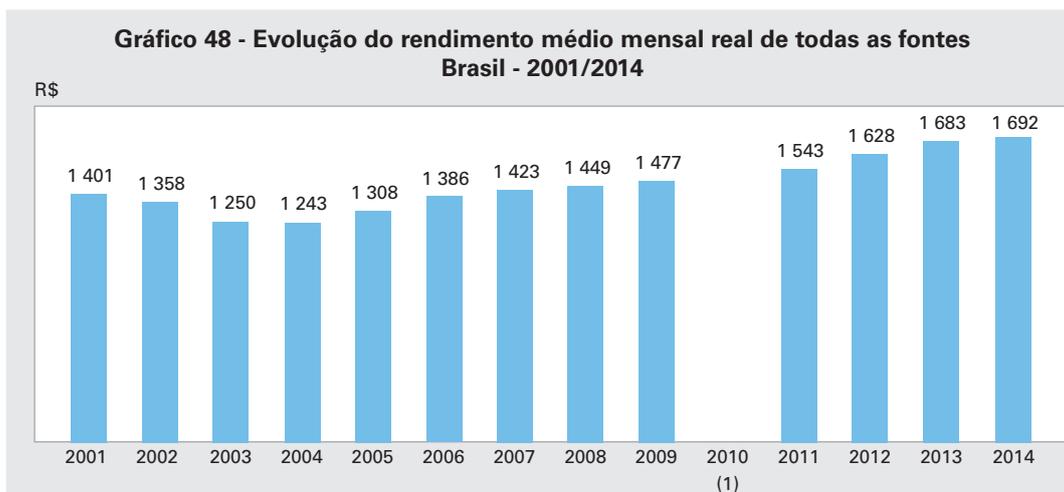


Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Rendimento de todas as fontes

A evolução do rendimento médio mensal real de todas as fontes apresentou tendência próxima à evolução do rendimento do trabalho durante o período de 2001 a 2013, mas com variações percentuais diferentes. No rendimento de todas as fontes também houve perdas reais anuais no período de 2001 a 2004: de 3,1% (de 2001 para 2002), 8,0% (de 2002 para 2003) e 0,6% (de 2003 para 2004). De 2004 para 2005, o rendimento de todas as fontes apresentou o primeiro ganho real do período, de 5,2%. De 2005 para 2006, este rendimento aumentou em 6,0%, a maior variação percentual do período. De 2007 a 2009, os crescimentos do rendimento de todas as fontes foram de 2,7% (de 2006 para 2007), 1,8% (de 2007 para 2008) e 1,9% (de 2008 para 2009). Entre 2009 e 2011, o crescimento foi de 4,5%, entre 2011 e 2012 foi de 5,5%, enquanto entre 2012 e 2013 houve aumento real de 3,4%. Em 2014, o rendimento médio mensal real de todas as fontes foi de R\$ 1 692,00, valor 0,5% maior do que a média desse rendimento em 2013. Comparando com 2001 (R\$ 1 401,00), o crescimento foi de 20,8% , em 2014.

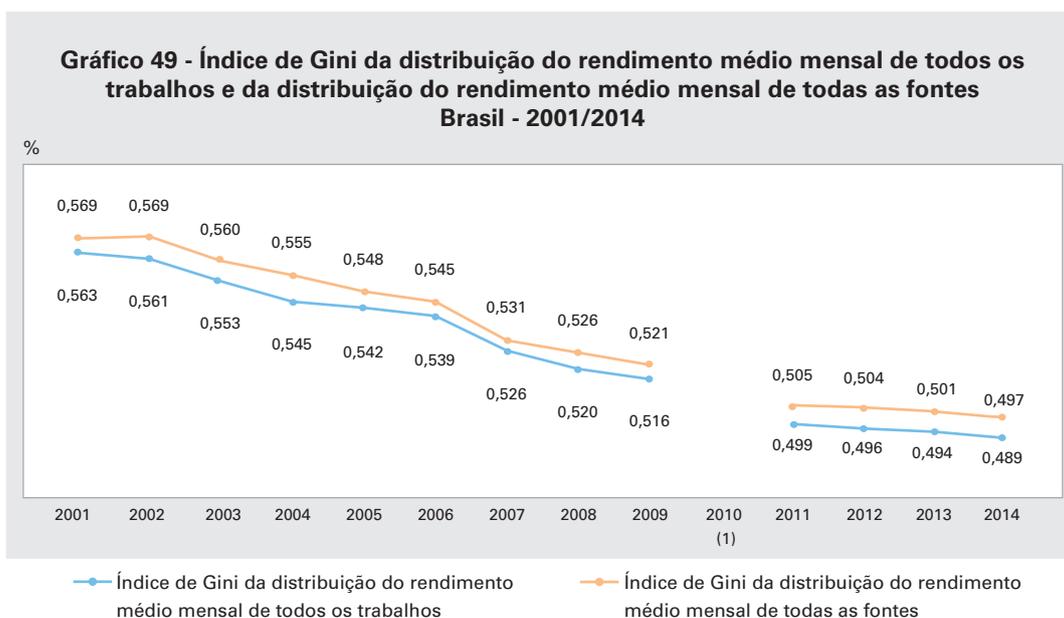


Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Índice de Gini

O Índice de Gini da distribuição de rendimentos mostrou que, ao longo da série histórica desde 2001, a distribuição do rendimento médio mensal de trabalho foi ligeiramente menos desigual do que a distribuição do rendimento médio mensal de todas as fontes. Os índices das distribuições do rendimento de trabalho e do rendimento de todas as fontes apresentaram tendência decrescente, o que indica uma melhora na distribuição desses rendimentos entre os anos. De 2001 para 2014, o Índice de Gini da distribuição do rendimento de trabalho diminuiu continuamente, de 0,563 para 0,489. O Índice de Gini da distribuição do rendimento de todas as fontes também caiu continuamente, mas em patamares diferentes: ficou estável em 2001 e 2002, com coeficiente de 0,569; e diminuiu de 0,560 (em 2003) para 0,497, em 2014.



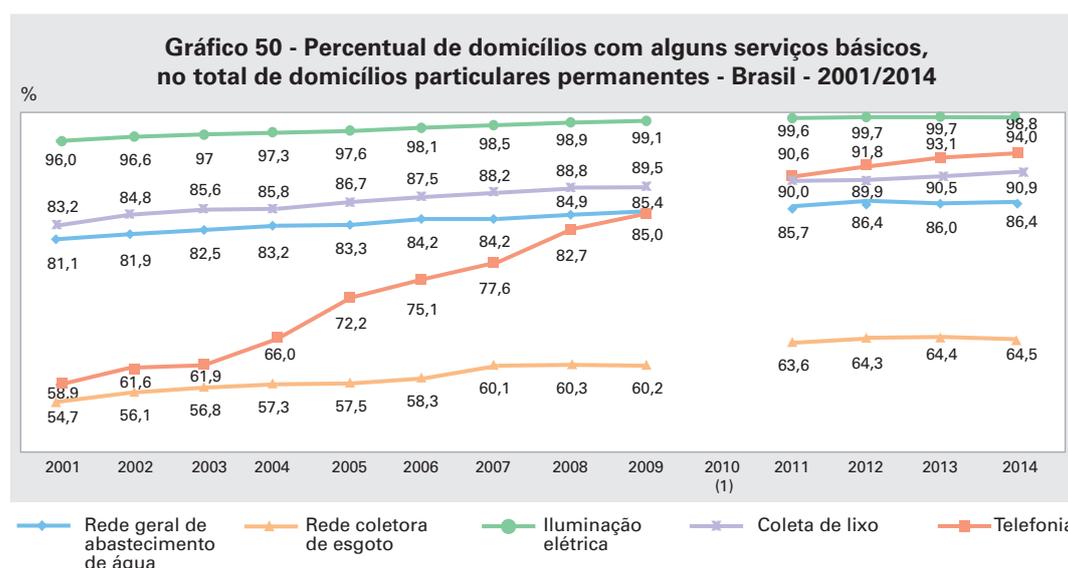
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Condições de habitação – serviços básicos nos domicílios

Com relação à existência de serviços básicos nos domicílios, em 2014, destaca-se, em relação a 2001, o crescimento das proporções de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água (5,3 pontos percentuais), rede coletora de esgotamento sanitário e fossa séptica ligada à rede coletora (9,8 pontos percentuais) e coleta de lixo (7,7 pontos percentuais). Nos casos dos domicílios atendidos por coleta de lixo e rede geral de abastecimento de água, as elevações apontadas permitiram que, em 2014, as coberturas por esses dois serviços alcançassem 90,9% e 86,4% das unidades domiciliares, respectivamente. Por outro lado, em relação ao serviço de rede coletora de esgoto, 64,5% dos domicílios foram atendidos.

No período de 2001 a 2014, aumentou significativamente a proporção de domicílios em que pelo menos um dos moradores tinha acesso ao serviço de telefonia (móvel e/ou fixo), de 58,9% para 94,0%. Nesse período, entretanto, constatou-se redução da proporção de domicílios com apenas telefone fixo convencional (queda de 25,5 pontos percentuais) e crescimento na proporção daqueles com apenas telefone móvel celular (aumento de 48,5 pontos percentuais).

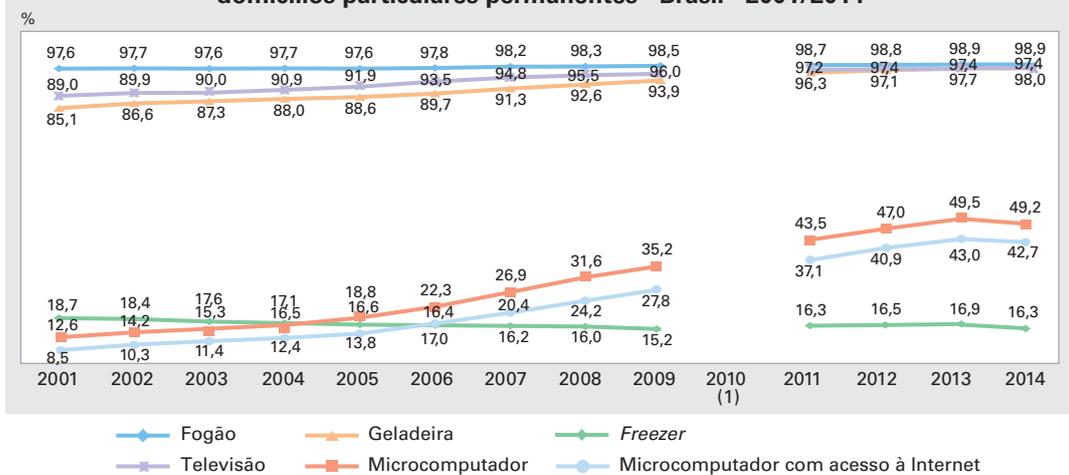


Posse de bens duráveis

Quanto à posse de bens duráveis, em 2014, as estimativas da pesquisa revelaram que 98,9% dos domicílios possuíam fogão (97,6% em 2001); 98,0%, geladeira (85,1% em 2001); e 97,4%, televisão (89,0% em 2001). A proporção de domicílios com *freezer*, que em 2001 era de 18,7%, recuou para 16,3%, em 2014.

Em 2001, 12,6% dos domicílios tinham microcomputador, alcançando, em 2014 o patamar de 49,2%. No mesmo período, o crescimento da proporção de domicílios que possuíam microcomputador com acesso à Internet foi de 34,2 pontos percentuais: de 8,5% para 42,7%.

Gráfico 51 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis, no total de domicílios particulares permanentes - Brasil - 2001/2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Referências

BRASIL. Decreto n. 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 249 24 dez. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2015.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (anos) de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assistência social. Brasília, DF, [2010?]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assuntos/assistenciasocial>>. Acesso em: out. 2015.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASSIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas – CIIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamentos de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, 1990. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=2&Lg=3>>. Acesso em: out. 2015.

CLASSIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones – CIUO - 88. Ginebra: Organización Internacioanal del Trabajo - OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: out. 2015.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema>>. Acesso em: out. 2015.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2015.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2015.

ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: out. 2015.

GARCÍA RUBIO, E.; VILLÁN CRIADO, I. Dia: descripción del sistema. In: _____. *Sistema DIA: sistema de detección e imputación automática de errores para datos cualitativos*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 1988. v. 1.

ÍNDICE nacional de preços ao consumidor - INPC: séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: out. 2015.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment*. Geneva: ILO, 1982. 9 p. Adotada pela Thirteenth International Conference of Labour Statisticians, out. 1982. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_087481/lang--en/index.htm>. Acesso em: out. 2015.

INTERNATIONAL standard classification of occupations - ISCO-88. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: out. 2015.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1990. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2015.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: out. 2015.

PRINCIPLES and recommendations for population and housing censuses. Rev. 2. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev. 2). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_Rev2.pdf>. Acesso em: out. 2015.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível

em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: out. 2015.

REGIONAL literacy rates for youths (15-24) and adults (15+). Montreal: United Nations Organization for Education, Science and Culture - Unesco, Institute for Statistics, 2008. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/?ReportId=201>>. Acesso em: out. 2015.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz [Espanha]: Euskal Estatistika-Erakundea [Instituto Vasco de Estadística] - Eustat, 1990. 169 p. Disponível em: <<http://www.eustat.es/productosServicios/datos/vol0020.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

WSIS THEMATIC MEETING ON “MEASURING THE INFORMATION SOCIETY”, 2005, Geneva. Final conclusions. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

Apêndice

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Características da unidade domiciliar

- Espécie do domicílio
- Tipo do domicílio
- Material predominante das paredes
- Material predominante da cobertura
- Número de cômodos
- Número de cômodos servindo de dormitório
- Condição de ocupação - próprio/alugado/cedido
- Valor do aluguel mensal
- Valor da prestação mensal
- Posse do terreno
- Existência de garagem ou vaga para automóvel *(2002 e 2003)*
- Área construída do domicílio em m² *(2002 e 2003)*
- Valor do domicílio *(2002 e 2003)*
- Existência de água canalizada para, pelo menos, um cômodo
- Proveniência da água
- Existência de banheiro ou sanitário
- Exclusividade na utilização da instalação sanitária
- Número de banheiros ou sanitários *(a partir de 2002)*

- Esgotamento sanitário
- Destino do lixo
- Forma de iluminação
- Telefone *(até 1999)*
- Telefone fixo *(a partir de 2001)*
- Telefone móvel celular *(a partir de 2001)*
- Existência de fogão
- Combustível utilizado no fogão
- Existência de filtro de água
- Existência de rádio
- Existência de TV
- Existência de DVD *(a partir de 2008)*
- Existência de geladeira
- Existência de freezer
- Existência de máquina de lavar roupa
- Existência de microcomputador *(a partir de 2001)*
- Existência de microcomputador com acesso à Internet *(a partir de 2001)*
- Existência de carro ou motocicleta *(a partir de 2009)*

Características gerais dos moradores

- Condição na unidade domiciliar
- Condição na família
- Cor ou raça
- Se o morador tem mãe viva
- Se a mãe mora no domicílio

- A posse de registro de nascimento
- Motivo da coabitação *(a partir de 2007)*
- Intenção de mudar e constituir domicílio *(a partir de 2007)*
- Estado civil *(de 1992 a 1995 e a partir de 2009)*
- Estado conjugal *(incluído em 2011)*

Migração

- Se o morador reside no município de nascimento
- Se o morador reside na Unidade da Federação de nascimento
- Local de nascimento
- Tempo de residência na atual Unidade da Federação

- Local de moradia há 5 anos da data de referência
- Local de residência anterior ao atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município anterior

Educação

- Sabe ler e escrever
- Frequência a escola ou creche
Para quem frequenta escola ou creche
- Rede de ensino - pública ou privada
- Área de subordinação da escola pública - municipal, estadual ou federal *(a partir de 2009)*
- Curso que frequenta
- Duração do ensino fundamental *(8 ou 9 anos)*
- Tipo de curso: seriado
- Última série frequentada
Para quem não frequenta escola ou creche
- Frequentou anteriormente a escola ou creche

- O curso mais elevado que frequentou
- Duração do ensino fundamental que frequentou anteriormente
- Tipo de curso: seriado
- Conclusão de, pelo menos, a 1ª série deste curso
- A última série concluída com aprovação
- Conclusão do curso
Tecnologia da informação (10 anos ou mais de idade)
- Utilização da Internet nos últimos três meses *(a partir de 2009)*
- Posse de telefone móvel celular para uso pessoal *(a partir de 2009)*

Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade

- Se a criança trabalhou, incluindo atividades relacionadas com produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, no período de 365 dias
- Se a criança trabalhou na semana de referência
- Ocupação e atividade exercida no período de referência de 358 dias

- Posição na ocupação
- Forma de remuneração
- Valor do rendimento
- Número de horas trabalhadas por semana
- Execução de afazeres domésticos
- Horas dedicadas aos afazeres domésticos

Trabalho e rendimento

- Condição de ocupação
- Número de trabalhos na semana de referência
- Ocupação e atividade

Atividade agrícola

- Posição na ocupação
- Empregado permanente**
- Se recebia do empregador alguma área para produção particular
- Existência de parceria com o empregador

Empregado temporário

- Forma de contratação do empregado

Empregado

- Quantitativo de pessoas não remuneradas moradoras do domicílio que ajudaram nesse emprego

Para o empregador e conta própria

- Área total do empreendimento
- Quantitativo de empregados temporários e permanentes que tinham nesse trabalho (**somente para o empregador**)
- Se era parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário ou outra condição
- Qual era o tipo de parceria contratada
- Forma de pagamento do arrendamento
- Existência de compromisso prévio de venda à produção
- Venda de alguma parte da produção
- Comprador da produção
- Consumo, por moradores, da produção de algum tipo e a parcela

Atividade não agrícola

- Posição na ocupação
- Para empregado**
- Horário da jornada de trabalho (entre 5:00h e 22:00h ou entre 22:00h e 5:00h)
- Setor do emprego - público ou privado
- Área de subordinação do emprego - federal, estadual ou municipal
- Se era militar das forças armadas
- Se era funcionário público estatutário

Para trabalhadores domésticos

- Quantidade de domicílios em que prestava serviço doméstico
- Se habitualmente exercia esse trabalho pelo menos uma vez por semana
- Número de dias semanais e mensais que exercia a atividade

Para empregados e trabalhadores domésticos

- Número de pessoas ocupadas nesse emprego
- Se tinha carteira de trabalho assinada
- Recebimento de auxílios: moradia; educação; alimentação; transporte; e saúde ou reabilitação

Para empregadores

- Número de empregados que ocupava nesse trabalho

Para conta própria e empregadores

- Número de sócios ocupados que tinha nesse trabalho

Atividade agrícola e não agrícola

Para conta própria e empregadores

- Número de trabalhadores não remunerados que ocupou nesse trabalho

Para todas as pessoas ocupadas

- Remuneração recebida
- Existência de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do empreendimento em que trabalhava (**a partir de 2009**)
- Tipo e local do estabelecimento
- Deslocamento para o trabalho
- Horas trabalhadas
- Contribuição para Instituto de Previdência
- Tempo no trabalho
- Características do trabalho anterior
- Tempo de permanência no trabalho anterior
- Recebimento de Seguro-desemprego do trabalho anterior
- Características de outros trabalhos

Para todas as pessoas de 10 anos ou mais

- Procura de trabalho
- Previdência privada
- Afazeres domésticos
- Rendimentos não provenientes de trabalho – aposentadoria, programas sociais, pensão, abono permanência, aluguel, doação e outros

Fecundidade

- Se teve filho até a data de referência
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam no domicílio
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam em outro local
- Número de filhos tidos, por sexo, que morreram

- O sexo do último filho nascido vivo
- Mês e ano do nascimento do último filho nascido vivo
- O último filho nascido vivo ainda estava vivo na data de referência
- Número de filhos nascidos mortos

Anexos

- 1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais**
- 2 - Grupamentos e divisões de atividade**
- 3 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para expansão da amostra da PNAD 2014**

Anexo 1 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público

Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)

Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos

Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia

Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

Profissionais do ensino (com formação de nível superior)

Profissionais das ciências jurídicas

Profissionais das ciências sociais e humanas

Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Professores leigos e de nível médio

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários

Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

Produtores na exploração agropecuária

Trabalhadores na exploração agropecuária

Pescadores, caçadores e extrativistas florestais

Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos

Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica

Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais

Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins

Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

Trabalhadores de funções transversais

Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias

Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos

Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Outros trabalhadores elementares industriais

Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica

Polimantenedores

Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

Militares da aeronáutica

Militares do exército

Militares da marinha

Policiais militares

Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas

Ocupações maldefinidas

Anexo 2 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústria de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

- Extração de carvão mineral
- Extração de petróleo e serviços correlatos
- Extração de minerais radioativos
- Extração de minerais metálicos
- Extração de minerais não metálicos
- Eletricidade, gás e água quente
- Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

- Construção

Comércio e reparação

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
- Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

- Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
- Atividades associativas
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas

Atividades maldefinidas

Anexo 3 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2014

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o IBGE elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o Período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da projeção¹. É dessa Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior através da soma das estimativas das áreas menores².

Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas para 2000 e 2010. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2014 tiveram como data de referência o dia 27 de setembro de 2014.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às regiões metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. A população não metropolitana das Unidades da Federação foram obtidas por subtração da população total da Unidade da Federação.

¹Para maior detalhamento sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: out. 2015.

²Para maior detalhamento sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: out. 2015.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, foram calculadas aplicando-se o método proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana ($pu(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para essas seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³Para maiores detalhes sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: out. 2015.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Maria Lucia França Pontes Vieira

Planejamento

Cimar Azeredo Pereira

Maria Lucia França Pontes Vieira

Controle

Luiz Claudio da Silva Malvino

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria do Socorro Bento

Maria Teresa Cristina Dalla Riva da Nobrega Bastos

Maria Lucia Pereira do Nascimento

Michelle Menegardo de Souza

Rosângela Lago de Souza Barbosa

Crítica centralizada

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Maíra Bonna Lenzi

Seleção, controle e expansão da amostra e cálculo dos coeficientes de variação

Marcus Paulo Soares de Freitas

Rosângela Magalhães A. Pereira (Consultora)

Tabulação dos resultados e gráficos

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Maíra Bonna Lenzi

Elaboração de textos e análises

Adriana Araujo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito
Bruno Alves de Carvalho
Flávia Vinhaes dos Santos
Helena Oliveira da Cruz Monteiro
William Araujo Kratochwill
Revisão e preparo de originais
Adriana Araujo Beringuy
Maria Lucia França Pontes Vieira

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti
Antonio de Ponte Jardim
Izabel Magalhães Marri
João Raposo Belchior
Jorge da Silva
Marcio Mtsuo Minamiguchi

Gerência de Estatísticas Vitais Estimativas Populacionais

Gabriel Mendes Borges
Luciano Gonçalves de Castro e Silva
Leandro Okamoto Silva

Gerência das Componentes da Dinâmica Demográfica

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Marden Barbosa de Campos

Diretoria de Informática

Coordenação de Projetos Especiais

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo
Carlos Brandão Fernandes da Silva
Eduardo da Costa Romero
Dulce Maria Rocha Barbosa
Ronaldo Rodrigues Raposo Junior
Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio
Carlos Emilio de Mattos Strauch
Davi Faria Rocha
Edson Orofino de Souza
Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo
Marcello Willians Messina Ribeiro
Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo
Anderson Almeida França
José Masello

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto
Vania da Silva Boquimpani
André Bruno de Oliveira
Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgina de Souza Assumpção - Gerente de área
Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção
Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Jurandir Soares da Silva
AC - Lara Torchi Esteves
AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho
RR - José Carlos Ramires
PA - Max Elias Calil Gomes
AP - Ananias do Carmo Picanço
TO - João Paulo Dantas Arantes
MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza
PI - Ranieri Ferreira Leite
CE - João Batista Canário Neto
RN - Rosana Lúcia Passos de Oliveira Siqueira
PB - Cláudio Vinícius Santos de Araujo
PE - José Roberto Félix dos Santos
AL - Haroldo Alves Farias
SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Artur Constantino Figueiredo Machado
MG - Fernanda de Sousa Gerken
ES - Fernando Francisco de Paula
RJ - Geraldo Louza da Veiga
SP - Eugênio Carlos Ferreira Braga
PR - Laura Castegnaro
SC - Valmir José Leal
RS - Luís Eduardo Azevedo Puchalski
MS - Cecília de Fátima Argemon Ferreira
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Maiara Santos Santana

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro
AC - Raphael Lopes Dias
AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar
PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Uripia
MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaioso
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
LGonzaga
Maria da Graça Fernandes de Lima
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgar de Albuquerque Santanna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte